

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Eduardo Brun

O LIBERALISMO DO PARTIDO LIBERTADOR NO CONTEXTO DE
RADICALIZAÇÃO POLÍTICA DE 1963

Porto Alegre, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Eduardo Brun

O LIBERALISMO DO PARTIDO LIBERTADOR NO CONTEXTO DE RADICALIZAÇÃO
POLÍTICA DE 1963

Monografia apresentada como requisito parcial
para a conclusão do curso de Licenciatura em
História ao Departamento de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre, 2013

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, tenho que agradecer aos meus pais, Izanir José Brun e Elsa Machado Brun, por seu apoio, mas principalmente por seu amor. Agradeço à minha irmã e amiga, Bianca Brun. Agradeço às minhas avós e avôs, aos meus tios e tias, primos e primas, enfim, a toda minha família.

Agradeço à professora Carla Brandalise pela calma e pela orientação.

Agradeço à minha professora de História Michelli Rossoni que me influenciou a querer entender esse mundo.

Agradeço aos colegas do curso de História, em especial, ao Guilherme Kichel, ao Arthuro, ao Robinson, à Luiza, à Raquel, e ao companheiro de bolsa, Cláudio.

Também, agradeço aos meus amigos de 'infância' Guilherme Garcia e Pablo Dias

Por fim, agradeço à História, pelas lentes que pôs sobre os meus olhos e que me fizeram enxergar o mundo de uma maneira que eu nunca poderia sem ela.

*El hombre casa y lucha. La mujer intriga y sueña;
es la madre de la fantasía, de los dioses. Posee la
segunda visión, las alas que le permiten volar hacia
el infinito del deseo y de la imaginación...Los
dioses son como los hombres:
nacen y mueren sobre el pecho de una mujer...*

Jules Michelet

RESUMO

O golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 foi o resultado do processo de radicalização, tanto dos grupos de direita quanto de esquerda, na conjuntura política nacional. Esse encaminhamento ao extremismo decorre: da crise econômica, representada pela inflação; do aumento das pressões sociais por mudanças – especialmente pela reforma agrária; e, finalmente, da disputa política. O ano de 1963 foi o palco de intensificação desse processo, influenciando nas ideias e nas ações os partidos políticos existentes na época. Dentro deste cenário, a pesquisa teve por objetivo compreender como o processo de radicalização política influenciou o caráter liberal-conservador do Partido Libertador, tendo em vista suas condições particulares. Para isso, foi preciso, primeiramente, desenvolver a história da agremiação, a fim de descobrir quais grupos a formavam, e quais ideias a ela estava relacionada. Concluímos, então, que o Partido Libertador definiu-se como uma oposição histórica, de influência liberal clássica, e regionalista. No ano de 1963 foi a oposição mais radical aos trabalhistas, atacando as figuras de João Goulart e Leonel Brizola, o que intensificou seu caráter conservador.

Palavras-Chave: História Política – Partido Libertador – Governo Ildo Menegheti – Governo João Goulart.

ABSTRACT

The coup d'etat in 1º of abril in 1964 was the process of radicalization, both of the left and the right groups, in national political conjuncture. This forwarding extremism is related to: the economic crises, represented in the inflation; the increase of the social pressure for changes – especially for agrarian reform-; and, finally, of the political instability. The year of 1963 was the stage of intensification of this process, which end up influencing on the ideas and actions of the political parties of the time. In this scene, the research had as aim understand how the process of political radicalization influenced in the liberal-conservative character of the Partido Libertador, considering its particular conditions. For that, it was necessary, first, explicate the history of the party, in order to find which groups, and ideas it was related. Conclude, then, that the Partido Libertador, defined, itself, as an historical opposition, regionalist, that had a classical liberal influence. In the year of 1963, it was the most radical opposition against the worker party, mainly attacking its leaders João Goulart and Leonel Brizola.

Keywords: Political History – Partido Libertador – Ildo Meneghetti Government – João Goulart Government.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. A FORMAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR.....	17
1.1. O Rio Grande do Sul do período da formação dos partidos políticos da Primeira República.....	17
1.1.2 A Revolução Federalista e o liberalismo de Silveira Martins.....	19
1.1.3. Os governos de Castilhos e Borges – O liberalismo de Assis Brasil.....	21
1.2. A formação do Partido Libertador e o seu liberalismo de oposição.....	24
1.2.1. A atuação do PL até a extinção dos partidos pelo Estado Novo.....	25
1.2.2. Os libertadores no Governo Vargas.....	26
1.2.3. A política gaúcha Pós-Revolução Constituinte.....	27
1.2.3.1 O restante do governo Flores e o fim dos Partidos Políticos.....	28
1.3 A formação dos novos partidos políticos brasileiros.....	29
1.3.1 O Rio Grande do Sul e os novos Partidos Políticos.....	30
1.3.1.2. A Reformação do Partido Libertador.....	31
2. O PARTIDO LIBERTADOR NA RADICALIZAÇÃO POLÍTICA DE 1963.....	33
2.1.1. O Governo de João Goulart (1961-1964).....	33
2.1.2. O Governo Ildo Meneghetti.....	34
2.2 A atuação do PL entre março de 1963 e março de 1964.....	35
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

INTRODUÇÃO

A política gaúcha teve papel de destaque, em muitos momentos da História brasileira, e assim o foi nas décadas a partir de 1930 até o golpe civil-militar de 1964. Porém, o presente trabalho não tem como objeto os partidos de maior representação como, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ou o Partido Social Democrático (PSD), ou mesmo políticos de maior destaque, entre eles Goulart, Brizola ou Vargas, mas sim um partido pequeno, com representação restrita ao Rio Grande do Sul, mas com uma longa trajetória, além de possuir características bem peculiares. Essa escolha deveu-se aos poucos trabalhos relacionados a esse partido, mas, talvez mais importante, por entendermos quão importante foram as ações das alas conservadoras, no estado, para a desestabilização do governo Goulart.

Desta maneira, o trabalho tratou sobre a atuação do Partido Libertador (PL) na política do Rio Grande do Sul. A primeira parte focou na formação do partido buscando analisar *o quê* e *quem* a agremiação representava. Já a segunda parte focalizou-se no intervalo de fevereiro de 1963 até o golpe civil-militar de abril de 1964. Neste período ocorreu a saída do PTB do Executivo Estadual e a posse de Ildo Meneghetti¹, e dos parlamentares da Assembleia Legislativa Estadual.

A delimitação espacial deu-se ao Rio Grande do Sul devido ao caráter regionalista do partido. Mesmo quando da redemocratização após a ditadura varguista, momento em que surgem os novos partidos políticos de projeção nacional, o Partido Libertador mantém centralizado o seu poder político no estado. Herdeiro da política oligárquica da Primeira República, foi o único partido a ser recriado pós-1945, e que se manteve atuante até 1965, ano em que foi declarado, juntamente com os outros partidos, ilegal pelo Ato Institucional Nº 2.

Ademais, o trabalho apresentou uma espécie de “jogo de tempos”. A análise das fontes contemplou o período de fevereiro de 1963 a março 1964, pois é dentro desta conjuntura que se buscou responder como a radicalização afetou um partido com características próprias, tais como: regionalista (num momento em que os partidos buscavam representação nacional); de longa tradição na política gaúcha; defensor de ideias liberais clássicas; e, por último, com caráter social conservador. Desse modo, para explicar essas particularidades, mostrou-se necessário um resgate da formação e do desenvolvimento do partido na história política do estado sul-rio-grandense. Daí que se explica o jogo de tempos, entre a análise da longa

1 Meneghetti foi eleito pela Ação Democrática Popular (ADP) em 1962.

trajetória do partido e a sua atuação no ano específico de maior radicalização política.

Em outubro 1962 Ildo Meneghetti foi eleito, pela segunda vez, governador do estado do Rio Grande do Sul, pela Ação Democrática Popular (ADP), coligação que compreendia PSD, UDN, PDC, PRP e PL em oposição ao PTB². Porém, logo após a vitória, o PL desvinculou-se do governo e tomou uma posição de neutralidade na Assembleia. Contudo, isso não minimizou o conflito entre as forças conservadoras e trabalhistas.

Do lado oposto à situação, estava a figura de Leonel Brizola, pois, representava, no Rio Grande do Sul, uma das forças da esquerda nacionalista do país, que lutava contra o capital estrangeiro, e a favor do desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro. Além disso, foi um dos responsáveis pela Campanha da Legalidade, em 1961, que contribuiu para adiar o golpe civil-militar e permitir a posse do então vice-presidente João Goulart. Já os membros da ADP defendiam a integração econômica do país aos centros hegemônicos do capitalismo, portanto atuavam como representantes das elites e dos grupos conservadores.

Na reconstrução do contexto político da Primeira República brasileira, no qual o Partido Libertador foi forjado, algumas referências foram utilizadas. Entre elas, os trabalhos de Love (1975), Cortés (2007), Félix (1996) e Trindade (1980), nos quais desenvolvemos a conjuntura político-econômica-social do Rio Grande do Sul desse período. Os autores explicam como se deu a organização política gaúcha, desde a queda do Império e do início da República, até o golpe de 1930, quando Getúlio Vargas toma o poder. Nesse período, no final do século XIX, o Rio Grande do Sul viu o advento de um novo grupo oligárquico chegando ao poder, liderados por Júlio de Castilhos e influenciados pelo positivismo de Augusto Comte, esses unem-se e formam o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que governou de maneira ditatorial o estado. Contra eles, a velha oligarquia de estancieiros produtores de charque – que entrava em decadência junto com o Império –, uniu-se, e liderados pelo liberal Gaspar de Silveira Martins iniciam um período de franca hostilidade culminando com a Revolução Federalista (1893-1895).

A rígida administração da máquina estatal e a política coronelista, fizeram com que o controle do poder se mantivesse nas mãos do Partido Republicano Rio-grandense por todo esse período. Contudo, não foi um domínio incontestável, vide os conflitos de 1893-95 e 1923, justamente, da união das oposições liberais foi criado o Partido Libertador. Assim, por meio dos trabalhos desses autores, buscamos as condições de formação do partido, a fim de

2 A primeira eleição se deu em 03/04/1954, tendo Meneghetti governado o estado de 1955 a 1958.

construir o seu caráter liberal através das origens e representações.

No processo de reformação dos partidos políticos pós-1945, o Partido Libertador ressurgiu, pela iniciativa de seu tradicional líder Raul Pilla. A obra de Cánepa (2005) sobre a política gaúcha no tempo da experiência democrática, entre os anos de 1945 a 1964, foi de grande auxílio para o trabalho. Tendo como principais fontes os jornais *Ultima-Hora*, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, a autora buscou responder questões relativas à representação política-partidária no período entre 1945-1965, relacionando as estratégias de articulação dos níveis regional e nacional. O objetivo central da obra, foi o de explicar *o quê?* e *quem?* eram representados pelas instituições partidárias desse período, fazendo uma breve análise socioeconômica do contexto estadual.

O aspecto principal pesquisado pela a autora, que destacamos para o nosso trabalho, foi como as clivagens regionais influenciaram na formação dos partidos nacionais pós 1945. Dois aspectos desta clivagem foram destacados: sua influência na formação política sul-riograndense e a forma de implementação que assume, no estado, o sistema partidário, criado em 1945. As disputas entre Republicanos e Federalistas (posteriormente Libertadores), pelo controle do poder durante a República Velha, marcou a formação de polos, caracterizados entre oposição e governo, e não, propriamente, por uma luta entre “famílias”. Isso gerou, para além das disputas eleitorais, conflitos armados entre esses grupos – 1893-1995 e 1923 – que se caracterizaram por ser extremamente violentos. Essa história bélica entre oposição e governo permaneceu no imaginário dos descendentes das populações e dos grupos envolvidos, representando, muitas vezes, “ideias” pelas quais “se valeria a pena morrer.”³ Assim a cultura política do Partido Libertador enraizou essas circunstâncias, sendo elas evocadas pela agremiação, em diversos momentos, a fim de reviver essa “luta”, e, principalmente, os ideais defendidos nelas, que eram, segundo eles, liberais e democráticos.

Na conjuntura de redemocratização pós 1945, o PL ressurgiu como oposição a Vargas, aliando-se à UDN, cujas lideranças estavam intimamente associadas às clivagens políticas tradicionais do Estado e às dissidências do período pós-30 no seio da elite política riograndense⁴. Taufer (2008), em sua dissertação de mestrado⁵, *Partido Libertador: formação e atuação política*, estudou o PL através dos processos eleitorais do poder legislativo estadual,

3 CÁNÉPA, 2005, p. 96-97.

4 Entre a Revolução de 1930 até a sua queda, Getúlio Vargas entra em conflito com os principais líderes riograndenses, que o apoiaram. Em ordem cronológica: Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Osvaldo Aranha.

5 TAUFER, Paulo Roberto . Partido Libetador : formação e atuação política. Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 2008.

entre os anos de 1945 e 1964, buscando traçar o seu perfil político-ideológico. No trabalho, o autor descreve a longa trajetória, dos libertadores, na política gaúcha. Esse, por características, ter sido fundado na Primeira República, além de ser fortemente vinculado à região da campanha, sendo o representante político dos grandes latifundiários, por último, também eram guiados por uma corrente ideológica fundada no liberalismo clássico. Quando do fim da ditadura do Estado Novo, o partido ressurgiu carregando consigo sua tradição política, cultural e militar. No campo político regional, por exemplo, o PL passa a representar a terceira força⁶, atrás do *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) e do *Partido Social Democrata* (PSD).

Além do mais, Taufer defende que, devido a influência liberal clássica presente no partido, as lutas dos libertadores foram voltadas, principalmente, à defesa dos “direitos naturais” a vida, a liberdade e a propriedade; e à defesa de um regime político parlamentarista. Em relação à oposição, os libertadores acusavam o PTB de utilizar-se da demagogia e da manipulação das massas, com o único objetivo de se manter no poder; além de criticar a incapacidade técnica e administrativa do presidente João Goulart. Também eram anticomunistas por entender que esse regime atacava os direitos naturais, a religião cristã e a democracia. E, finalmente, elitistas, regionais e agrários, pois eram os porta vozes dos interesses de uma elite agropastoril com fortes raízes provincianas.

O trabalho está inserido, em termos teóricos, na perspectiva da Nova História Política. Esta, por sua vez, busca romper com o factualidade, e ter o seu próprio setor na História para explicar os fenômenos políticos. René Rémond (2003), em seu livro, “*Por uma história política*”, originalmente publicado em 1988, explica o significado desta renovação. Não se tratava apenas de criticar uma dada maneira, equivocada, de se fazer história política. “O que estava em questão era um conjunto de postulados sobre a natureza do político e o sentido de suas relações com os outros níveis da realidade social.”⁷ No prefácio da segunda edição do livro, editado pelo FGV, Marieta de Moraes Ferreira traz uma importante característica da Nova História Política para o trabalho:

Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos, em que se combinam o instantâneo e o extremamente lento. É na longa duração que se irá buscar a história das formações políticas e das ideologias, ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá à reflexão sobre os fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo.⁸

6 Nas eleições para a Assembleia Estadual de 1962 o PTB conseguiu 23 cadeiras, o PSD 11 e o PL 6; num total de 45 disputáveis.

7 FERREIRA, 1992. p. 266.

8 FERREIRA, 2003, p.7.

Baseando-me nesta nova forma de ver a dimensão do “político” na História, no qual se reintroduz a longa e a média duração para explicar esses fenômenos, analisamos a trajetória do Partido Libertador. Para isso, ressaltamos algumas considerações de Berstein⁹, sobre a formação dos partidos políticos, a qual mostra-se aplicável ao PL, visto o seu caráter de partido histórico, com raízes na política do Rio Grande do Sul.

[...] um partido não nasce fortuitamente, da decisão de seus criadores, e só tem chance de sobreviver se responder de uma maneira ou de outra a um problema fundamental colocado pela sociedade contemporânea, e que faz com que haja adequação entre imagem que ele transmite de si mesmo e as aspirações mais profundas de uma parte importante da população que aceita, como solução para os problemas que ela percebe, a mediação política que ele propõe.¹⁰

Esta observação torna-se relevante a fim de entender a questão da representação política, ou seja, *o quê e quem* o Partido Libertador do período o pré-golpe de 1964 representava, dadas as suas características marcantes de ser um partido essencialmente regionalista e de ter uma longa tradição na política gaúcha, sendo fundado na Primeira República. Um conceito pode ajudar a entender a continuidade na política do Partido Libertador: a *inércia política*¹¹, tal definição pode ser explicada da seguinte maneira: mesmo que as condições de criação de um partido tenham desaparecido, os conjuntos de elementos que o partido mantém, como a cultura política e a tradição, possibilitam a sua existência numa nova conjuntura.

Assim, após a sua formação e conforme o partido se mantém atuante, ele começa a desenvolver uma cultura política, que dá origem a uma tradição. Essa cultura política está relacionada aos grupos de clientelas a que o partido está vinculado, e através dela apresenta sua ideologia em uma linguagem comum e simplificada, e compreensível a todos os membros. No caso do PL, sendo o representante das oligarquias gaúchas da região da “Campanha”, seu posicionamento liberal foi legitimado pela “Revolução Farroupilha”; e a sua luta pela democracia na “Revolução Federalista”. A luta pelos ideais liberais fez parte da cultura política do PL, porém estes ideais estavam sujeitos às condições históricas nas quais se desenvolveram. Assim cabe aqui uma breve definição de liberalismo, e de como ele se reproduziu na conjuntura política brasileira.

No “Dicionário de Política”, Matteucci¹² começa explicando como a definição de

9 BERSTEIN, Serge. Os partidos. IN: Rémond, Réne (org). Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 57-98.

10 Idem, 2003, p. 67-68.

11 Idem, p. 68.

12 MATTEUCCI, Nicola. “Liberalismo” In BOBBIO, N. (org.) *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2010.

liberalismo não é tarefa fácil, três seriam os fatores para isso: *a)* o desenvolvimento conjunto da democracia e do liberalismo, o que dificulta definir o que teria de democrático e o que teria de liberal nas democracias liberais; *b)* a manifestação do liberalismo em diferentes países em tempos históricos bastante diversos. *c)* A ausência de uma “história-difusão” do liberalismo visto que “ o Liberalismo defrontou-se com problemas políticos específicos, cuja solução determinou sua fisionomia e definiu seus conteúdos, que muitas vezes são apenas uma variável secundária com relação à essência do Liberalismo¹³. A partir destes fatores é possível definir que o liberalismo apresentou diversas faces, sendo influenciado pelas realidades históricas nas quais se inseriu.

Para a sequência da presente investigação, é necessário que nos detenhamos também à definição e contextualização do que se convencionou classificar como “liberalismo clássico”. Este surge devido as transformações político-econômicas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo na Europa, levando as burguesias a confrontar-se com os modelos político (absolutista) e econômico (mercantilista) vigentes. Esse ideal liberal, no século XIX, foi incorporado por alguns grupos nos países Latino Americanos, alterando-se a realidade latina e aos interesses dos grupos que o defenderam.

De maneira genérica, pode-se definir liberalismo clássico da seguinte forma:

Uma ordem liberal clássica é caracterizada por um estado que é ao mesmo tempo limitado e mínimo. Embora, liberais clássicos discordem sobre as funções exatas que um estado mínimo deve executar, ou seja, quanto mínimo o estado deve ser, o estado liberal clássico é indiscutivelmente menor [em sua participação] comparado a todos os outros estados existentes. Liberais clássicos geralmente defende que a principal função do Estado é justificada para proteger os direitos individuais de liberdade e um robusto direito de propriedade, e fornecer os bens públicos que são favoráveis a uma adequada proteção de tais direitos fundamentais.¹⁴

Outra definição de liberalismo, complementar a de Maloberti (2012), diz que:

O liberalismo pode ser entendido como uma ideologia que concede espaços à iniciativa e à autonomia individuais. Nessa filosofia, as ações do indivíduos, desde que respaldadas por normas legais (e nesse caso o Direito é fundamental para a instituição de uma sociedade liberal), podem manter uma autonomia relativa ante o Estado. Este, por sua vez, deve exercer algumas funções específicas, limitadas, mas essenciais à ação livre dos cidadãos proprietários.¹⁵

A partir dessas definições concluímos que, no nível das ideias, os liberais defendem,

13 Idem, p. 686.

14 Original, MALOBERTI, 2012. P.22.: “A classical liberal order is characterized by a state that is both limited and minimal. Although classical liberals disagree about the exact functions that such a minimal state is supposed to perform, that is, about how minimal it should be, the classical liberal state is unarguably small relative to virtually all existing states. Classical liberals generally hold that the main tasks of the justified state are to protect individuals’ right to liberty and a system of robust property rights, and to provide those public goods that are conducive to an adequate protection of such individuals’ fundamental rights. ”

15 SILVA, 2010, p.260.

no âmbito econômico, a livre-iniciativa e a ausência de interferências do Estado no mercado. Já no âmbito político, um Estado que proteja as liberdades individuais, defendendo o povo do despotismo e do totalitarismo. Assim, “[...] um Estado tem a finalidade de garantir os direitos do indivíduo contra o poder político, e para atingir essa finalidade, exige formas, mais ou menos amplas, de representação política.”¹⁶.

Definido o que seria liberalismo, e o como se caracteriza o estado liberal, podemos comparar o liberalismo em sua matriz europeia com o liberalismo que se desenvolveu no Brasil. A fim de buscar as peculiaridades do liberalismo brasileiro, para entender o que caracteriza o Partido Libertador como sendo de caráter liberal.

Na América Latina, em geral, o liberalismo começa a ganhar destaque a partir do século XIX, quando as elites que protagonizaram os processos de independência incorporam o ideário liberal como sinônimo de anticolonialismo, e não, como exemplo que sugere o modelo europeu, portadores de um conteúdo libertário para todos os habitantes.¹⁷.

Já no Brasil, o liberalismo foi introduzido, igualmente, no século XIX, porém somente quando da época da proclamação da República, veio a ser incorporado como o pensamento político oficial, presente na Constituição de 1891, apesar do regime, na prática, se mostrar francamente autoritário¹⁸. Paim (1998) aborda o desenvolvimento do liberalismo brasileiro em ciclos, nos quais ele apresenta as características que os definem e os diferenciam da matriz clássica. Para desenvolvimento do trabalho destacamos três destes ciclos:

O primeiro corresponde ao período do final do século XIX até a “Revolução de 30”. Na República, o pensamento liberal, representou caráter eclético, tendo influências tanto clássicas quanto positivistas. Diferente do que aconteceu na Europa, onde o liberalismo era a base ideológica da burguesia urbana industrial, no Brasil o ideal liberal vai ser representado, principalmente, pelas elites agrárias. Estas, por sua vez, passaram a defendê-lo, indo em oposição a teoria clássica, especialmente ao privilegiar o protecionismo estatal sobre a produção agrícola e industrial.

O segundo ciclo corresponde ao período dos governos de Getúlio Vargas, entre 1930-1945, no qual o liberalismo brasileiro mostra-se autoritário e elitista, ao defender que somente uma elite, intelectual e qualificada, poderia assumir a direção do poder público. Assim o pensamento liberal brasileiro foi abandonando os princípios de representação e as propostas

16 MATTEUCCI, 2010, p. 690.

17 SILVA, 2010.

18 PAIM, 1998.

de reforma social, difundidas pela matriz europeia, e foi passando a pregar o golpe político como via para atingir o poder.¹⁹.

O terceiro ciclo é dividido em duas fases, a primeira corresponde a Segunda República, sendo interrompida pelo golpe civil-militar de 1964. Nela os liberais uniram-se aos outros grupos de oposição no combate à figura de Vargas e à ameaça comunista, afastando-se ainda mais das questões sociais, tidas como herança do ex-presidente gaúcho. O liberalismo brasileiro, desse modo, tornou-se, ainda mais, distinto de sua matriz europeia, na medida que estabeleceu ligações com o catolicismo. Portanto, os traços conservadores, cada vez mais, passaram a fazer parte da ideologia liberal que se construía em terras brasileiras. Em âmbito nacional, as ideias liberais eram defendidos pela União Democrática Nacional (UDN), contudo, no estado do Rio Grande do Sul, o maior representante do liberalismo era o Partido Libertador. Cabe ressaltar que os partidos eram aliados e tinham uma forte aproximação ideológica, no que tange apresentavam caráter liberal-conservador. Liberal por se oporem a ditadura de Vargas, e conservador por defenderem um regime excludente socialmente. A segunda fase do terceiro ciclo começa na década de 1970 com o neoliberalismo, mas não é necessária a sua explicação no trabalho.

Uma forte “bandeira” teórica levantada pelo Partido Libertador, desde sua criação, era a do liberalismo no seu modelo clássico. Sobre isso interessá-nos analisar como o liberalismo foi defendido pelo partido quando os interesses do estado do Rio Grande do Sul, e principalmente dos latifundiários da região da Campanha, parecem estar sendo prejudicados pelo *laissez-faire*. Cabe a apropriação da observação de Eric Hobsbawn²⁰ (1990) sobre o desenvolvimento das economias nacionais em países de economia menos avançada que a inglesa, no qual ele diz: “Nos países que perseguiram o desenvolvimento econômico nacional contra a superioridade econômica da Inglaterra, no entanto, o livre-comércio smithiano era bem menos atrativo. Ali não faltavam homens para falar da economia nacional como um todo.”²¹. Assim como nesses países, onde as teorias liberais buscavam adequar-se as suas realidades, o liberalismo defendido pelo Partido Libertador adaptou-se a sua condição de ser um partido regionalista, representante de uma oligarquia agrária, com uma longa trajetória na oposição da política gaúcha.

A fonte inicial para o trabalho consistiu no levantamento de notícias dos jornais

19 NETO, 1999, p. 107-123.

20 HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1870*. Tradução: Maria Celia Paoli, Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

21 HOBBSAWN, 1990 p.41

Correio do Povo (CP), *Última Hora (UH)* e *Diário de Notícias (DN)* no período de fevereiro de 1963 até março de 1964, quando do golpe civil-militar que destituiu o presidente João Goulart.²² Dentro do CP foi de interesse do trabalho a sua página de política, sendo esta dividida em cinco áreas, denominadas: *Assembleia Legislativa*, *Panorama Político*, *Plenário e Bastidores*, *Coluna Parlamentar* e *A Pedido*, sendo as três primeiras áreas de maior importância para o trabalho. O UH tem uma área reservada à política menos estendida que o CP, assim os recortes desse jornal serviram como complemento. Os jornais encontram-se no acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, porém os exemplares do CP entre novembro de 1963 e maio de 1964 não estão disponíveis no museu, assim sendo, utilizei para esse período o jornal DN, por apresentar a mesma proposta de jornal que o CP e ter um caderno de política nos mesmos moldes.

Segundo Francisco Rüdiger, os jornais CP e DN definiram um novo regime jornalístico no Rio Grande do Sul, através de uma organização empresarial²³. O *Correio do Povo* foi fundado em 1895 pelo sergipano Caldas Júnior. Já o *Diário de Notícias* surgiu em 1925, tornando-se o segundo maior jornal do Estado²⁴. O UH circulou por menos tempo no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1960 até 1964, quando é fechado logo após o golpe²⁵. Apesar de se dizerem desligados de órgãos partidários isso não lhes tira o caráter político, apenas o modifica. Seus posicionamentos políticos podem ser vistos através do golpe de 1964, quando o UH se posiciona a favor de Goulart, e o CP e DN a favor dos golpistas.

A utilização de fontes jornalísticas na pesquisa histórica requer a análise de algumas questões. O historiador Pierre Renouvin “[já insistia] na importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros.”²⁶. Não se pode cometer o erro de se beber das informações coletadas nos jornais, sem antes historicizar o documento e entender do porquê de sua produção. Assim cabe o significado de documento-monumento, proposto por Le Goff, às fontes de jornais, segundo a qual é preciso entender os documentos como um produto de sua época, de sua sociedade, de acordo com as relações de força dos grupos que os produziram e que o fizeram preservar²⁷. Além de admitir que o documento

22 Os Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, entre março de 1963 e março de 1964, foram consultados com o objetivo de se buscar pronunciamentos que não foram publicados nos jornais.

23 RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993, p. 61.

24 Id. *Ibidem*, p.60.

25 HOHLFELDT, Antônio e BUCKUP, Carolina. *Última-hora: populismo nacionalista nas páginas do jornal*. Porto Alegre: Sulina, 2002, p. 16.

26 DE LUCA, 2005. p. 116.

27 LE GOFF, Jacques, *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas,

estudado é uma escolha do historiador, deslocando as informações do documento desse passado, trazendo-as para o nosso tempo, negando-se a ideia de documento-verdade, aceitando-se assim a sua subjetividade, e através dela busca-se construir a história.

A partir do que foi exposto aqui é possível apresentar quais foram os objetivos do trabalho: mostrar o posicionamento do Partido Libertador na conjuntura da radicalização política do pré-golpe de 1964 e as diferentes tomadas de posição dos partidos dentro desta conjuntura; apontar a posição ideológica do Partido; analisar como a corrente liberal clássica foi incorporada na realidade rio-grandense; demonstrar a influência da radicalização política nas ideias/doutrinas do PL; relacionar o conflito e instabilidade política estadual com a situação de crise nacional.

1. A FORMAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADOR

Nesse primeiro capítulo nos deteremos na formação histórica do Partido Libertador, pois, para entender as circunstâncias de criação do partido é necessário, primeiramente, compreender a conjuntura político-econômica em que o mesmo estava inserido, no estado do Rio Grande do Sul. Para, assim, buscar responder o porquê da criação do partido e *o quê e quem* ele representava.

1.1. O Rio Grande do Sul do período da formação dos partidos políticos da Primeira República

O Rio Grande do Sul pré-republicano foi marcado por grande quantidade de conflitos: Guerra das Sete Missões (1754-56); anexação da Banda Oriental do Uruguai (1811); Guerra dos Farrapos (1835-45); Guerra do Paraguai (1865-70), os quais influenciaram como o sul-rio-grandense se via com relação à Federação. Como destaca Cortés²⁸ (2007) “Essas formas de sentir, não totalmente infundadas – que serão reforçadas no futuro -, resultaram numa rejeição quase instintiva a imposição de nível nacional, seja do governo ou das organizações político-partidárias nacionais.”²⁹. Parte daí a busca pela autonomia com relação ao governo central dos sul-rio-grandenses. Essa característica esteve presente em todos os grupos políticos da Primeira República.

Para que possamos entender que grupos compunham o Partido Libertador e quais “bandeiras” políticas defendiam é necessário que lembremos, ainda que brevemente, a Guerra dos Farrapos. Esse conflito, entre oligarquias locais e o Império brasileiro trouxe consigo ideais liberais, mesmo que mais no âmbito do discurso que das ações. O que se mostra, especialmente, relevante para o trabalho foram as posições que as diferentes regiões do estado tomaram conforme o conflito foi se desenvolvendo. Segundo Love³⁰ a região do litoral e da serra gaúchas permaneceram majoritariamente ao lado do Império, enquanto a resistência, feita pelos estancieiros, se deu na região da Campanha. O interessante é que o Partido Libertador teve, durante toda a sua existência, sua concentração de poder nessa região, incorporando, em seu discurso, ideais liberais defendidas pelos farrapos.

28 CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930 – 1964)*. Tradução Amy Caldwell de Farias. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

29 CORTÉS, 2007, p. 25.

30 LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Porém, vamos à análise da política gaúcha na Primeira República. Ela caracterizou-se pela dominação do controle do Executivo estadual pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Na luta pelo poder, o PRR enfrentou o Partido Liberal (depois Partido Federalista), liderado por Gaspar de Silveira Martins. No final do período imperial, o Partido Liberal, passou a dominar a política gaúcha, afastando os membros do Partido Conservador do poder³¹. Apesar de fazer parte do estado durante o período imperial, Gaspar da Silveira Martins foi um grande crítico do regime monárquico, sendo defensor das teses liberais clássicas e da República parlamentarista como melhor forma de governo³².

Com a queda do Império e a posse do Presidente Deodoro da Fonseca, a política gaúcha acaba sendo afetada com o exílio de Gaspar da Silveira Martins em 1889³³, o que possibilitou a ascensão do Partido Republicano Rio-grandense, liderado por Júlio de Castilhos, e posteriormente por Borges de Medeiros.

O PRR diferenciava-se dos demais partidos republicanos nacionais pela influência da doutrina positivista de Augusto Comte. Essa, interpretada por Júlio de Castilhos, justificou o governo ditatorial e conservador, defensor da autonomia dos estados com relação à federação, porém com caráter centralizador do poder no líder do Executivo, no âmbito estadual. Dessa maneira, a filosofia social de Comte influenciou o PRR a defender: as liberdades individuais, condenando a escravidão; separação entre Estado e Igreja; educação primária; intervenção estatal para proteger os operários urbanos³⁴.

Em 1891 ocorreram as eleições para governador do estado, na qual ganhou Júlio de Castilhos, e para a Assembleia Constituinte Estadual, a qual foi formada exclusivamente por membros do PRR. Neste mesmo ano foi elaborada a Constituição Castilhista Republicana baseada no positivismo de Augusto Comte, porém, em novembro, quando da queda do presidente Deodoro, Júlio de Castilhos foi retirado do poder do estado. No ano seguinte, Gaspar de Silveira Martins retornou do exílio e fundou um novo partido, o Partido Federalista do Rio Grande do Sul. Com um programa político de caráter liberal clássico, tinha como principal meta a implantação de um regime parlamentar no estado. Com a República recém-formada, a instabilidade política do Rio Grande do Sul mostrava-se um grande problema. Cabia ao governo federal apoiar o grupo político que conseguisse trazer estabilidade às terras

31 CORTÉS (2007).

32 Será melhor desenvolvido no próximo capítulo.

33 Deodoro suspeitava que o político gaúcho estivesse organizando uma tentativa de golpe para a restauração do Império.

34 LOVE, 1975.

sulinas. Em 17 de junho de 1892, os republicanos tomaram o poder, apoiados pela Brigada Militar, sendo Castilhos nomeado Presidente do Executivo do Estado. Sem chances de resistir, os federalistas abandonam a luta. Em setembro do mesmo ano Castilhos foi eleito governador e, em 25 de janeiro de 1893, foi empossado como o primeiro Governador eleito popularmente.

Como destaca Love:

O tipo complexo e frequentemente violento de instabilidade política do Rio Grande, no decurso dos três primeiros anos do regime republicano, significava em parte um aspecto local do caos em que se achavam a política e as finanças nacionais, mas também refletia a dinâmica interna da economia e da sociedade do Estado.³⁵

Portanto, a ascensão do PRR representou o início do declínio, tanto econômico quanto político, da oligarquia estancieira da fronteira gaúcha produtora de charque, que detinha boas relações com o Império, e além, a mudança do centralismo político e econômico gaúcho para as regiões do litoral e da serra, de onde PRR retirava o seu apoio.

1.1.2 A Revolução Federalista e o liberalismo de Silveira Martins

Gaspar de Silveira Martins foi o grande representante liberal do Rio Grande do Sul no final do Império e início da República, sendo líder do Partido Liberal, e líder e fundador do Partido Federalista. Suas ideias liberais foram levadas ao Partido Libertador, quando seus herdeiros federalistas uniram-se aos democratas, apoiadores de Assis Brasil, para a formação do novo partido. A fim de se entender o caráter liberal do Partido Libertador, cabe aqui, discutir qual era o liberalismo defendido por Silveira Martins.

Como principal característica do liberalismo de Silveira Martins estava a defesa do fortalecimento do Poder Legislativo, visto que, para ele, esse órgão, num sistema honesto de voto direto, era o verdadeiro representante dos variados grupos sociais. A concretização do modelo político liberal de Silveira Martins estaria na implantação do sistema Parlamentarista, no qual “ [...] os diferentes partidos ouviam e decidiam, concretizando as leis em leis escritas, que de acordo com o direito natural, deveria garantir a justiça que é o fundamento do princípio de igualdade entre os homens.”³⁶

A importância de um legislativo forte foi defendida por liberais clássicos como Locke e Rousseau. Para Locke, o poder legislativo é o que garante os direitos de propriedade e liberdade, sendo considerado superior aos demais poderes, pois é ele que pode defender o

35 LOVE, 1975, p. 58.

36 PEREIRA, 2006, p. 124.

cidadão, através do poder das leis, de arbitrariedades praticadas pelo Estado. Já para Rousseau, o Poder Legislativo é o coração do Estado; o Poder Executivo é o cérebro que dá movimento a todas as partes”³⁷.

Para além da defesa do parlamentarismo, Silveira Martins, inspirado no liberalismo clássico, também defendia que um bom governo deveria incentivar a liberdade de indústria, comércio e ensino, combatendo o protecionismo e o monopólio estatal da economia, pois iriam contra as liberdades individuais. Com essa diretriz, em 31 de março de 1892, o Partido Federalista foi fundado. Ele foi marcado por duas características principais: a primeira foi a de ser o representante das oligarquias estancieiras da região da “Campanha”; e a segunda de ser a instituição que carrega os ideários do liberalismo clássicos no Rio Grande do Sul.

Nos programas que o partido apresentou no começo da República brasileira, notava-se a interação entre os interesses de autonomia regional, que as elites estancieiras viam perdendo em decorrência do governo centralizador positivista de Júlio de Castilhos, e as ideias liberais clássicos defendidos por Silveira Martins, no que tange a representação política das minorias³⁸: liberdades individuais, política, econômica e de imprensa; supremacia do governo parlamentar e centralização administrativa.

As relações conflituosas entre republicanos e federalistas, desse modo, intensificam-se a tal ponto que, em 2 de fevereiro de 1893, tem-se início uma guerra civil, conhecida como Revolução Federalista. O conflito girava em torno da figura de Castilhos, entre os que o apoiavam e os que queriam substituí-lo no Executivo estadual. Os federalistas foram levados ao conflito por dois motivos: político-ideológico e econômico. Com relação ao primeiro motivo, os federalistas lutaram pelo parlamentarismo no nível estadual, contra o presidencialismo centralista de Castilhos; já sobre o fator econômico, o grupo de oposição era formado por uma oligarquia ligada à política econômica gaúcha do período imperial e, com a implantação da República e o fim do *Pacto Imperial*³⁹, haviam perdido as suas regalias.

A resolução deste conflito, com a derrota dos federalistas, marcou a política gaúcha da Primeira República. Sobre ele Love destaca três consequências: *a)* a polarização política extrema no Rio Grande do Sul, girando a política gaúcha em torno de dois partidos com posicionamentos ideológicos divergentes e bem definidos, parlamentarista *versus* presidencialista ditatorial; *b)* consolidação do regime político centralizado na figura de

37 NASCIMENTO, 1997, p. 233.

38 Entende-se minorias os grupos políticos, ou seja, as oligarquias que estavam afastadas do poder.

39 O governo de Castilhos acaba com o *Pacto Imperial* no qual os coronéis locais mantinham o controle da fronteira em troca de uma “vista grossa” com relação ao contrabando de gado. (FÉLIX, 1996).

Castilhos, o que impossibilitou qualquer revolta dos coronéis gaúcho; c) A ascensão de novos grupos sociais ligados a interesses diversos. Os grupos dominantes tradicionais permaneceram na oposição enquanto os republicanos buscaram apoio nos novos setores oligárquicos, ligados à agropecuária, no litoral e na serra, e dos segmentos das camadas médias urbanas⁴⁰.

1.1.3. Os governos de Castilhos e Borges – O liberalismo de Assis Brasil

Júlio de Castilhos governava, graças à constituição sul-rio-grandense, de maneira ditatorial. Desenvolveu mecanismos administrativos para se manter no poder, através do “coronel burocrata”⁴¹ e da fraude eleitoral, além de deter um apoio armado muito forte decorrente da Brigada Militar. Porém manteve-se afastado da política nacional, em torno da presidência, pois apesar do bom relacionamento do PRR com o Exército, não poderia competir contra as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, trabalhando, assim, em aliança.

Durante o governo de Castilhos os federalistas retornaram do exílio no Uruguai e formaram o setor de oposição – mantendo-se fieis à defesa do parlamentarismo – porém não conseguindo organizar-se para superar a máquina política do PRR no estado. Em 1908, retorna à província Assis Brasil, grande opositor do governo de Castilhos, funda o Partido Republicano Democrático (PRD), com o objetivo de ter projeção nacional. Assis Brasil foi um dos grandes líderes e fundadores do Partido Libertador.

O liberalismo defendido por Assis Brasil deve ser inserido no primeiro ciclo do pensamento liberal brasileiro, defendido por Paim (1998), pois apresenta um caráter eclético, devido tanto a sua trajetória política, quanto às escolas que se mostram mais influentes sobre ele. Assis Brasil inicia sua história na política no Partido Republicano Rio-grandense, porém, logo desvincula-se do partido, desenvolvendo seu pensamento político baseado nos liberalismos inglês e americano.⁴² O *darwinismo social* e cientificismo, do século XVIII e XIX, eram teorias que faziam parte de suas ideias políticas.

A defesa da democracia representativa de caráter republicano era a grande bandeira levantada por Assis Brasil. O povo deveria escolher seus representantes, mas não poderia governar de maneira direta. Já com relação ao Poder Legislativo, o liberal gaúcho definia que

40 FÉLIX, LOIVA Otelo. *Colonialismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996.

41 O “coronel burocrata”, especificidade do coronelismo castilhista, diferenciava-se dos “coronéis” tradicionais por ser “um chefe municipal às vezes sem fortuna e sem raízes locais, porém armado de extraordinários poderes de coerção, e inteiramente submisso à Executiva do Partido do Presidente.” (FRANCO, 2002, p.132).

42 PEREIRA, 2006.

o grau de civilização de uma nação poderia ser medido pela importância que esta dava a esse órgão. Aqui percebemos a proximidade com o liberalismo clássico, no que tange a importância desse poder. Contudo, isso não o tornava um parlamentarista, sendo defensor do presidencialismo. Entendia que a função primordial do Estado era garantir a educação e a riqueza da nação, pois, somente com um povo rico e educado é que poderia se combater a tirania e buscar a felicidade⁴³. A partir desse raciocínio, Pereira definiu o “liberalismo híbrido” de Assis Brasil da seguinte maneira:

Portanto, Assis Brasil defendeu a liberdade, a democracia, o sistema presidencialista – cujos poderes deveriam ser separados e harmônicos, mas com preponderância do Legislativo, sendo o presidente eleito por este –, a representação justa e proporcional, a soberania popular – como fonte e legitimidade do governo e este responsável pela instrução pública e a educação profissional –, além da República, do federalismo, do sufrágio direto e secreto, da perpetuidade e da inviolabilidade do eleitor e da justiça eleitoral independente do poder político.⁴⁴

Assis Brasil desenvolveu suas ideias políticas a partir de uma oposição a um regime ditatorial que excluía totalmente qualquer corrente divergente. Porém as suas críticas não se limitavam ao castilhismo, atacando também o parlamentarismo dos federalistas, o que dificultou uma aliança das oposições num primeiro momento, superada quando da formação do PL.

Com a morte de Castilhos, em 24 de outubro de 1903, Borges de Medeiros deu continuidade a dominação do PRR no governo do Estado, através do mesmo sistema coronelista. Os republicanos gaúchos, no entanto, passam a se relacionar mais com os outros partidos em âmbito nacional, e começam a vislumbrar uma maior participação na política nacional, através das figuras do já citado Borges e do senador Pinheiro Machado. Cabe então pularmos ao ano de 1922, no qual, as eleições para presidente da República e governador do estado reorganizam a política gaúcha e influenciam na formação do Partido Libertador.

Nas eleições para presidente de 1922, os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, reivindicavam maior atenção por parte da União, criticando a política de valorização do café, que favorecia as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo. Exigiam que outros produtos brasileiros, tais como: a borracha, o cacau, o açúcar, etc., fossem protegidos no mercado internacional⁴⁵. Essa foi a primeira campanha eleitoral na qual os estados periféricos desafiaram as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, porém não conseguiram a vitória. A eleição de Arthur da Silveira Bernardes à presidência incentivou a

43 PEREIRA, 2006.

44 PEREIRA, 2006, p. 132.

45 LOVE, 1975, p. 207.

oposição gaúcha a tentar lutar pelo poder do estado, pois como Borges havia apoiado o seu opositor, acreditavam que teriam apoio em âmbito federal contra o ditador gaúcho. Numa aliança que unia: federalistas, democratas liberais e republicanos dissidentes, superando os conflitos ideológicos e históricos, foi escolhido como candidato da Aliança Libertadora Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Entretanto, a eleição para governador de 1922, marcou, mais uma vez, a vitória do PRR sobre a oposição. Contudo, numa tentativa de fazer pressão para que o presidente Bernardes intervisse na província sul-rio-grandense e despusesse Borges, a oposição gaúcha começou, em janeiro de 1923, uma série de revoltas contra o governo do estado. Todavia, tendo Borges a seu favor a máquina estadual e a Brigada Militar, pouco podiam fazer contra ele: “A estratégia dos rebeldes consistia, essencialmente, em conservar a guerra ativa, movimentando-se com rapidez e evitando combate, na esperança de que o governo federal iria eventualmente intervir.”⁴⁶, porém esse apoio acabou não vindo e o conflito teve fim com um acordo entre libertadores e republicanos, mediado pelo governo federal. O *Pacto de Pedras Altas*, como ficou conhecido, garantiu algumas vantagens ao grupo de Assis Brasil, entre as quais: proibição de reeleição para Governador e representação em nível estadual e nacional, tendo garantidas seis cadeiras na Assembleia e cinco no Congresso. Mas o grande vencedor do conflito foi o governo federal que viu a grande ameaça de Borges de Medeiros e do PRR enfraquecidos.

Sobre o conflito Love (1975) destacou duas consequências: *a)* o surgimento de novas forças políticas decorrentes do início da industrialização, que não podiam ser absorvidas pela política coronelista; *b)* a organização de Assis Brasil, de ao buscar uma forma de representação política mais eficiente que o federalismo republicano, tentou formar um partido nacional que juntaria os libertadores com as oposições locais de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em setembro de 1927 a Aliança Libertadora -grupo político de Assis Brasil- uniu-se ao Partido Democrático de São Paulo e com um pequeno grupo do Distrito Federal, para formar um partido de âmbito nacional, o Partido Democrático Nacional, liderados pelo político gaúcho. No ano seguinte os federalistas uniram-se ao grupo, formando o Partido Libertador. Como destaca Cortés (2007), o programa do partido tinha sua base ideológica no liberalismo clássico, defendendo: o voto secreto, representação proporcional, justiça eleitoral independente e liberdades civis. A defesa do parlamentarismo ou do presidencialismo, que

46 LOVE, 1975. p. 220-221.

poderia gerar uma discórdia entre os dois grupos, foi definida como aberta, deixando livre a escolha a cada membro.

1.2. A formação do Partido Libertador e o seu liberalismo de oposição

O Partido Libertador surgiu no final da Primeira República, num momento de transformação do cenário político-econômico nacional, no qual novos sujeitos políticos apareciam, e antigos grupos reivindicam uma participação maior nas esferas do poder. Isso demonstrava o declínio da política coronelista, liderada pelas oligarquias do *café-com-leite* de São Paulo e Minas Gerais. No estado do Rio Grande do Sul as oposições de dissidentes republicanos e federalistas acabam por superar os seus conflitos, a fim de lutar contra o inimigo comum, o PRR. Logo, o PL surgiu como um partido de oposição que tinha como objetivo defender os interesses de uma elite que vinha sendo excluída do poder. Esse descontentamento transformou-se em conflito armado, por pelo menos duas vezes durante a Primeira República, entre 1893-95, e em 1923.

O Partido Libertador foi herdeiro político das lutas dos federalistas, representantes da elite estancieira da região da campanha gaúcha, que tinha fortes princípios liberais clássicos, tanto políticos como econômicos. Essa oligarquia havia entrando num processo de decadência econômica quando do início da República, sendo superados pelas regiões da serra e do litoral, mas ainda possuía grande importância política, ainda mais, se lembrarmos de sua aliança com os republicanos dissidentes dentro do PL.

Também fazia parte do novo partido os grupos dissidentes do PRR, liderados por Assis Brasil que tinham como objetivo “[...] propugnar os princípios de liberdade política, baseados no sistema representativo e especialmente para combater, nas eleições federais, estaduais, e municipais, a situação imperante.”⁴⁷.

No transcorrer do próximo capítulo buscaremos compreender o caráter liberal-conservador do Partido Libertador visto a sua particularidade de unir as duas correntes liberais, dentro de um único partido de oposição.

47 FRANCO, 1995, p.20

1.2.1. A atuação do PL até a extinção dos partidos pelo Estado Novo

O *Pacto de Pedras Altas*, como já foi dito, impedia que ocorressem reeleições para Governador do estado, assim nas eleições de 1927 um novo candidato foi indicado pelo PRR, Getúlio Vargas. Vindo de uma nova leva de políticos republicanos, entre os quais estavam Flores da Cunha, Lindolfo Collor e Osvaldo Aranha. Vargas praticou uma política de conciliação com a oposição, oferecendo mais duas cadeiras aos libertadores na Assembleia, ficando com cinco cadeiras num total de dezessete. Com o apoio da oposição, Vargas foi o primeiro a conseguir a união dos políticos gaúchos em torno de um candidato. Sobre a aproximação libertadora com Getúlio Vargas, Taufer (2008) afirma:

Portanto, a partir do Governo Vargas, a oposição liberal, agora organizada em torno do Partido Libertador, aproximou-se dos antigos adversários, como forma de garantir sua permanência no bloco de poder, bem como sua influência política regional, apesar de se integrar nessa aliança de forma subordinada.⁴⁸

Em agosto de 1929, Raul Pilla e Assis Brasil garantiram o respaldo do PL a Vargas, e PL e PRR acabam formando a Frente Única Gaúcha (FUG), que apoiou a tomada de poder, pelo Governador gaúcho, em âmbito nacional. Essa estabilidade política, mesmo que breve, no Rio Grande do Sul foi de vital importância para os acontecimentos seguintes na política nacional e regional. A Revolução de 1930 marcou o fim do sistema político da Primeira República, baseado no forte federalismo e no controle do Executivo Federal pela aliança *café-com-leite*.

1.2.2. Os libertadores no Governo Vargas

Vargas assumiu o poder em 1930 e instalou um governo provisório, no qual suspendeu todos os direitos constitucionais e dissolveu os corpos legislativos, substituindo os governadores por interventores federais, que por sua vez escolheram os prefeitos municipais. A partir dessas medidas Vargas passa a governar de maneira ditatorial.

Logo após a Revolução dois grupos se definem: os Constitucionalistas, que viam a ditadura de Vargas como algo a ser superado o mais rapidamente possível; e os Reformadores Autoritários, que se opunham a reconstitucionalização, pois isso nada fazia além de devolver o domínio eleitoral e político às elites tradicionais que haviam sido tiradas do poder. O Partido

48 TAUFER, 2008, p. 42.

Libertador via-se dividido com relação ao político de São Borja. Raul Pilla e seus seguidores não confiavam no ex-governador, e defendiam que o PL deveria insistir na formação de uma junta nacional para preparar rápidas e honestas eleições, para então definir uma nova Constituição⁴⁹. Já o presidente do partido, Assis Brasil, mantinha melhores relações com o Vargas, sendo inclusive nomeado Ministro da Agricultura. Outros membros do PL também foram nomeados a cargos de alto escalão, o fato que demonstra a importância que o partido teve nos acontecimentos de 1930.

As divergências em torno da permanência de Vargas no poder acabam levando a uma revolta contra o seu governo. Em 15 de janeiro de 1932, o Partido Democrático de São Paulo (PDP) rompeu com o Governo Vargas e logo após uniu-se ao Partido Republicano Paulista (PRP) na Frente Única Paulista (FUP). Estes queriam acabar com o governo provisória de Vargas e retomar o controle de seu estado. Iniciou-se, assim, um momento delicado para o governo federal, pois havia, inclusive, a possibilidade do Rio Grande do Sul aderir ao levante.

A influência de Getúlio era tamanha que os grupos políticos gaúchos passam a se definir a partir de sua figura. O PL, por exemplo, com o afastamento de seus líderes mais próximos a Vargas, tomava a dianteira na oposição, e após a confirmação do apoio do velho líder do PRR, Borges de Medeiros, a FUG virou uma grande ameaça a continuidade de Getúlio no poder. Desse rearranjo político um personagem que teve importante papel no futuro da nação foi o interventor do estado do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha.

Apesar do descontentamento de Flores com a política nacional empreendida por Vargas, principalmente no que diz respeito ao seu descaso com o Rio Grande do Sul, e da proximidade que o interventor do estado tinha com o velho caudilho Borges de Medeiros, Flores decidiu ficar ao lado de Vargas e a revolta foi reprimida, sendo Borges preso e tendo os líderes Raul Pilla, Baptista Lusardo e Lindolfo Collor de fugir para o Uruguai. Como consequência para a política gaúcha Trindade (1980) destaca:

Encerra-se assim a conjuntura política que se inicia com a tomada do poder de Vargas, com o apoio integral da Frente-Única Gaúcha, e que, após longo processo de tensões entre o poder central e as lideranças regionais, terá como epílogo o exílio das lideranças mais expressivas dos partidos riograndenses e a passagem da própria FUG da oposição situacionista para oposição sistemática dos governos Vargas e Flores da Cunha.⁵⁰

1.2.3. A política gaúcha Pós-Revolução Constituinte

A derrota da FUG representou a superação da tradicional política oligárquica gaúcha:

⁴⁹ CORTÉS, 2007, p. 61.

⁵⁰ TRINDADE, 1980, p. 110.

“Quebradas as antigas lealdades e desfeitos os laços partidários tradicionais, encontra-se o Rio Grande diante de uma situação inédita: as duas correntes políticas até então encontram-se alijadas do poder.”⁵¹. O Governo estadual, desse modo, necessitou buscar um novo grupo de apoio, surgindo o Partido Republicano Liberal (PRL), liderado por Flores da Cunha. O novo partido atraiu um grande contingente do PRR e de jovens políticos que queriam fugir do conservadorismo da FUG. Outro fator que fez com que o PRL, apesar de sua constituição recente, se tornasse um grande partido, foi a adesão de líderes municipais libertadores ao partido.

O Partido Libertador, por sua vez, entrou num processo de intensificação do seu caráter liberal-conservador, devido o afastamento de lideranças mais centralistas pró Vargas, enquanto Raul Pilla radicalizava o seu discurso de oposição.

Em 16 de abril de 1933 foi organizado o Congresso do Partido Libertador em Riveira, para discutir as diretrizes do partido com relação à Constituinte. O que nos coube destacar das propostas levantadas pelos libertadores foi: “[...]instituição do referendun e do plebiscito para manifestação direta do povo em assuntos fundamentais; representação proporcional à população dos estados; [...] voto secreto e proporcional para eleição de mesas e comissões das câmaras; incorporação do ministério público do judiciário.”⁵²

O programa libertador mostrou-se mais próximo do liberalismo defendido por Gaspar da Silveira Martins do que o de Assis Brasil, isso é indicado quando da presença do referendun e do plebiscito para manifestação direta do povo em assuntos fundamentais, o que vai em desencontro do projeto representativo de Assis Brasil no qual o povo deveria poder escolher seus representantes, mas não poderia governar de maneira direta.

Ademais, apresenta características do liberalismo clássico como o legislativo forte, enfatizando as questões sobre representação e justiça. Raul Pilla saiu do congresso como o grande líder do PL, em decorrência da ausência de Assis Brasil, que preferiu representar o Brasil na Conferência Mundial de Economia. Percebemos que o PL carrega uma herança federalista, tanto na sua ideologia quanto na sua representação – pois mantém seu eleitorado na região da “Campanha”.

1.2.3.1 O restante do governo Flores e o fim dos Partidos Políticos

51 TRINDADE, 1980, p. 156.

52 TRINDADE, 1980, p. 160.

Os mecanismos de controle desenvolvidos por Flores da Cunha, garantiram a dominação de seu partido. Nesse momento surgiram, em âmbito nacional, movimentos políticos com ideologias radicais, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), e especificamente no Rio Grande do Sul, a Ação de Resistência Nacional (ARN). Em oposição à AIB, formou-se a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que tinha como principais características ser uma frente ampla com membros comunistas, socialista, democratas e liberais (membros do PL), além de uma bandeira nacionalista contra o capital imperialista.⁵³ Além de enfrentar essas novas forças políticas, o PRL tinha que se preocupar com a tentativa da FUG de se organizar em um partido, de proporção nacional, ademais Flores e Vargas estavam cada vez mais afastados um do outro.

A fim de buscar uma estabilidade política no estado e com medo do avanço de grupos radicais, tais como integralistas e comunistas, Flores tentou uma aproximação com a FUG, apesar de certos problemas gerados pela interferência de Vargas, no fim, conseguiu-se um acordo entre Borges, Pilla e Flores. Porém o *modus vivendi*, como foi chamado, durou pouco.

O conflito entre Flores e Vargas afetou os partidos da FUG. O PRR perdeu seu antigo membro, Lindolfo Collor, que criou um novo partido, o Partido Republicano Castilhistas, levando consigo uma ala jovem de republicanos. O PL também foi afetado. O advogado, Bruno de Mendonça Lima, que tinha uma preocupação mais social, abandonou o partido para fundar a União Democrática Nacional,⁵⁴ deixando o Partido Libertador mais restrito em seu caráter liberal-conservador.

Em sua luta contra Vargas, Flores saiu perdedor, o que permitiu que Getúlio implantasse a centralização do poder e suspendesse o federalismo. Como destacou Cortés: “Depois de anos de luta amarga, o presidente centralista gaúcho havia derrotado o governo federalista gaúcho. A vitória de Vargas sobre Flores sinalizou a destruição da autonomia estadual, e permitiu também que a nação exausta retornasse ao sistema ditatorial.”⁵⁵

A instauração do Estado Novo não levou somente a queda de Flores da Cunha, mas também a saída de Raul Pilla, eterno opositor de Vargas, da presidência do PL, restando, como tradicional líder político gaúcho, Borges de Medeiros, que a essa altura não detinha mais o controle de seu partido. A ausência das lideranças estaduais e o controle centralizador

53 TRINDADE (1980), p.219.

54 Este partido não tem relação com a UDN que será formada pós 1945.

55 CORTÉS, 2007, p. 145.

exercido por Vargas, facilitou para que no dia 3 de dezembro de 1937 fosse decretado o fim dos partidos políticos.

1.3 A formação dos novos partidos políticos brasileiros

O fim da Segunda Guerra Mundial teve grande influência sobre a política brasileira. No desenrolar do conflito o Brasil aproximou-se dos Estados Unidos e seus aliados, contra os governos Nazi-fascistas, entrando na Guerra em defesa de uma suposta democracia mundial. Quando os militares brasileiros retornaram do conflito uniram-se a grupos civis que clamavam pela redemocratização, somam-se a eles políticos de expressão que foram afastados do poder, no caso do Rio Grande do Sul, como Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Raul Pilla. Essa pressão social na nova conjuntura político-econômica leva à deposição de Vargas pelos militares e o agendamento de eleições presidenciais depois de quinze anos de Getúlio Vargas na presidência.

A oposição, em âmbito nacional, organizou-se dentro da União Democrática Nacional (UDN). Representava, essencialmente, a classe média brasileira, defensora do liberalismo político, das liberdades civis e da moralidade do governo. O liberalismo, no Brasil desse período, passa a ter uma nova cara. Os grupos liberais unem-se no combate a figura de Vargas e à ameaça comunista⁵⁶, afastando-se ainda mais das questões sociais, tidas como herança de ex-presidente. Também, afastam-se do liberalismo clássico ao se aproximarem do catolicismo.

Vargas, antes de ser deposto, organizou dois partidos nacionais: o Partido Social Democrata (PSD) que era formado por políticos que atuavam e se beneficiavam do Estado Novo, ou seja, era formado pelos membros da máquina do estado, sendo a sua base econômica os grandes proprietários rurais e industriais que haviam lucrado com a ditadura varguista; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) este criado para atender a uma demanda dos novos agentes políticos oriundos da urbanização e da industrialização nacional.

1.3.1 O Rio Grande do Sul e os novos Partidos Políticos

A divisão na organização partidário pós redemocratização que girava em torno do

56 O “perigo” comunista existe no Brasil desde o advento da Revolução Russa, em 1917, porém após a redemocratização o Partido Comunista do Brasil sai da ilegalidade, o que intensifica a dicotomia entre os grupos conservadores e eles.

Estado Novo e da figura de Vargas – pró e contra – também marcou a política gaúcha. Os novos partidos, devido a Lei Agamenon, deveriam ter projeção nacional⁵⁷, o que forçou as antigas elites políticas a fazerem combinações nesse âmbito. Como salientou Cánepa (1999) “O Código Eleitoral, exigindo a organização dos partidos em âmbito nacional, determina um grande esforço de articulação por parte das forças partidárias, que devem associar, a um só tempo, clivagens regionais e forças políticas de âmbito nacional.”⁵⁸.

O PSD gaúcho foi o partido mais relacionado à máquina administrativa do Estado Novo, tendo vinculado em sua base, basicamente, interventores desse período. A Comissão Executiva do PSD foi formada por membros dissidentes dos antigos partidos PRL, PRR e PL, que no contexto de formação do Estado Novo haviam ficado ao lado de Vargas. Porém, já nas eleições de 1947, no estado do Rio Grande do Sul, o PSD afastou-se de Getúlio Vargas, num processo que foi classificado como a “precoce 'udenização' do PSD gaúcho”⁵⁹. Assim se definiu o PSD gaúcho, diferenciando-se do PSD nacional, com a saída dos seus membros “getulistas” e da ala trabalhista ao PTB, aliou-se, no estado, aos partidos conservadores-liberais, PL e UDN, sendo a segunda força política da região.

A UDN, que se definiu como partido forte de oposição em âmbito nacional, no Rio Grande do Sul, não conseguiu ter a mesma representação, devido muito, à existência do PL, que era um partido com forte tradição na política gaúcha e que tinha características parecidas à UDN, por ser anti-getulista e defensora de ideais liberais. A UDN gaúcha teve apoio de três grandes líderes que entraram em conflito com Vargas em momentos diferentes: Borges de Medeiros (1932), Flores da Cunha (1937) e Osvaldo Aranha (1944).

O PTB gaúcho, segundo Bodea (1992), foi formado pela união de três correntes: a) a sindicalista; b) a seguidora da doutrina pasquinista; c) a pragmática-getulista. O que nos cabe discorrer sobre o PTB gaúcho é que teve uma forte presença no estado, tornando-se o partido com maior representação já nas eleições de 1947 para a Assembleia Constituinte do estado, mantendo esse formato até a extinção dos partidos políticos em 1965. Além disso levou a âmbito nacional políticos como João Goulart e Leonel Brizola, que acabaram liderando o PTB nacional.

1.3.1.2. A Reforma do Partido Libertador

57 Os partidos deveriam ter 10 mil eleitores distribuídos em pelo menos 5 Estados.

58 CÁNÉPA, 1999, p. 103.

59 CÁNÉPA, 1999, p. 125.

No processo de abertura política, Raul Pilla, antigo líder do PL, organizou uma reunião do partido a fim de discutir os rumos que este tomaria. Antigos membros do diretório do PL, que haviam se aliado a Vargas durante o Estado Novo criticam a iniciativa de Pilla e lançam uma “Advertência aos Libertadores”, publicada no Correio do Povo, para que não tomassem nenhuma posição. Porém, em agosto de 1945, Pilla demonstrou ter maior apoio entre os libertadores, sendo eleito presidente do partido após o seu registro nacional. Contudo, o partido continuava sendo um fenômeno exclusivo do Rio Grande do Sul.

Quando da refundação, ocorreu um processo de estreitamento das ideias do partido, direcionado por seu grupo ligado aos federalistas e a herdeiros do pensamento de Gaspar da Silveira Martins, definindo-se como defensor dos ideais liberais e tendo como seu objetivo maior a implantação do parlamentarismo. A saída de membros que tinham maiores preocupações sociais como Bruno Mendonça, Pedro Gabriel Moacyr e Alberto Pasqualini, para o PSB, PCB e PTB respectivamente, fortalece o caráter conservador que o partido havia construído. Assim como a saída de membros ligados ao Estado Novo, como Walter Jobim e Oscar Fontoura, fortalece o caráter liberal.

A base de apoio político do PL manteve-se similar a de sua formação em 1928, sendo composta principalmente por agropecuários de grandes propriedades, principalmente da região da “Campanha” gaúcha, segundo Taufer: “[...] tanto é que dessa região vinha grande parte de suas lideranças, bem como a grande maioria de seus votos, desde as eleições da República Velha até as últimas eleições do período democrático de 1962.”⁶⁰.

A partir de sua base política compreendemos a defesa do PL de uma economia voltada para o setor agropecuário gaúcho, principalmente os latifúndios da região da Campanha.

Da análise do refundação do novo PL, Taufer defini-o da seguinte maneira:

[...]partido parlamentarista[...] Liberal no sentido clássico dessa ideologia, tanto no aspecto econômico quanto político. Conservador no campo social, pois era avesso às mobilizações sociais por reformas ou ampliações de direitos, bem como era contra a democracia direta.[...] Antivarguista e antipetebista [...] Anticomunista, porque este sistema liquidaria com a democracia, com o direito de propriedade, com a religião cristã e as liberdades e as diferenças individuais. [...] E, finalmente, elitista, regional e agrário, pois era porta-voz dos interesses de uma elite agropastoril com fortes raízes regionais.⁶¹

O Partido Libertador além de ter o apoio dessa elite tradicional angariou votos de grupos liberais-conservadores, que em âmbito nacional apoiavam a UDN. A vantagem que o

60 TAUFER, 2008, p.69.

61 TAUFER, 2008, p.67-68.

PL tinha sobre o partido udenista está diretamente ligada a sua tradição na política gaúcha, que vinha desde a Primeira República. Essa tradição foi explorada pelos libertadores que buscaram na história do partido a legitimação da defesa das liberdades e da democracia.

2. O PARTIDO LIBERTADOR NA RADICALIZAÇÃO POLÍTICA DE 1963

Nesse capítulo analisou-se a atuação do PL no ano de 1963, no qual tem-se a intensificação da radicalização dos grupos políticos brasileiros, tanto a esquerda quanto a direita do aspecto político, e que resultou no golpe civil-militar, em março do ano seguinte. Primeiramente será feito uma breve descrição dos cenários políticos nacional e gaúcho da década de 1960, para então focar no PL, a fim de entender como o seu caráter histórico liberal, regionalista e conservador se expressa durante essa radicalização.

2.1.1. O Governo de João Goulart (1961-1964)

A conturbada posse de João Goulart na presidência da República exemplifica o momento político em que o Brasil estava. Após curtos sete meses de governo, Jânio Quadros renuncia à presidência. Grupos militares e civis impedem a posse do vice-presidente. Em resposta, outra parte da sociedade, que unia: grupos civis, políticos e mesmo militares posicionam-se em favor do cumprimento da Constituição e da posse de João Goulart. No Rio Grande do Sul, a importante articulação do então governador Leonel Brizola na Campanha da Legalidade eleva a sua figura a novos patamares na política nacional. O desfecho do embate encontrou solução na implantação do regime parlamentarista.

Quando assume o cargo de Presidente da República, em 7 de setembro de 1961, Goulart encontrou um país mergulhado numa crise econômica e política, no qual entrou com as mãos amarradas, visto a implantação do sistema parlamentarista, o que o impossibilitou realizar um governo mais autônomo.

Sobre essa fase inicial do governo Goulart, Cánepa destacou duas características que se sobressaltam na historiografia, a *mobilização da sociedade brasileira* e o *radicalismo político*. A autora apresentou como uma parte da sociedade se dividindo em grupos opostos.

Se, de um lado, organizam-se camponeses e trabalhadores rurais e sem-terras em torno da Reforma Agrária, de outro, multiplicam-se as articulações e os congressos dos proprietários de terra. Se há mobilização do operariado urbano sob a liderança dos sindicatos, dos partidos populistas ou do Partido Comunista, não é menor a articulação do empresariado em torno de suas associações de classe e organismo paralelos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) atuando como grande centro articulador da “elite orgânica” de classe no sentido Gramsciano do termo. À mobilização dos estudantes universitários de esquerda em torno das chamadas “reformas de base”, através da UNE, contrapõe-se a tentativa de

articulação da direita no meio estudantil, inclusive também pelas ramificações estudantis do complexo do IPES/IBAD. Profundas clivagens são observadas no seio da corporação militar e de instituições tradicionais, como forças progressistas representadas especialmente pelos grupos vinculados à Ação Católica, (Juventude Universitária Católica -JUC-, Juventude Estudantil Católica – JEC – (secundarista) e Juventude Operária Católica – JOC-⁶².

Um dos maiores geradores de instabilidade política naquele momento encontra-se no campo, com o avanço das Ligas Camponesas, que exigiam a reforma agrária. A pressão desse grupo fica clara na frase proclamada por Francisco Julião, no encerramento do 1º Congresso Camponês, na qual disse: “a reforma agrária será feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue.”⁶³. O governo também tem de lidar com Leonel Brizola, que avança em sua radicalização política e conclama que o presidente faça o mesmo. Além é claro, das fortes críticas da oposição conservadora histórica.

Após um ano e quatro meses de governo parlamentarista é realizado um plebiscito. A vitória avassaladora para decidir se o sistema político brasileiro voltaria ao presidencialismo, ou permaneceria no parlamentarismo, demonstra o grande prestígio que Goulart detinha no momento.

Na tentativa de combater a crise econômica, Goulart aposta no Plano Trienal, formulado por Celso Furtado. As metas principais do plano eram as de combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e, em um passo seguinte, implementar reformas, sobretudo no aparelho administrativo, no sistema bancário, na estrutura fiscal e, em particular, na estrutura agrária.⁶⁴ Sem o apoio das esquerdas, que não viam o Plano com bons olhos, ele logo é abandonado, voltando-se, Goulart, às Reformas de Base.

Após o fracasso de sua tentativa de conciliar as esquerdas e o centro, Goulart no final de seu governo, volta-se aos grupos que o haviam levado ao poder: trabalhadores e seus sindicatos, camponeses e suas Ligas, estudantes e suas organizações, esquerdas e seus partidos, radicalizando o seu discurso em prol desses grupos, porém é interrompido pelo golpe civil-militar de 1964.

2.1.2. O Governo Ildo Meneghetti

Nas eleições para governador do estado de 1962 no Rio Grande do Sul, mantem-se a

62 CÁNEPA, 2005, p. 290-291.

63 FERREIRA, 2003, p. 349.

64 FERREIRA, 2003, p.364.

tradicional polarização da política gaúcha, no caso, entre PTB e oposição. Ildo Meneghetti é eleito pela coligação PSD, PL, PDC, PRP e UDN, os quais se unem na Ação Democrática Popular (ADP), disputando contra o Egydio Michaelsen do PTB⁶⁵.

O governo Meneghetti caracterizou-se pela oposição ao governo Brizola e o que ele representou, principalmente no que tange as episódicas mobilizações sociais e os projetos reformistas. As críticas acusavam Brizola e suas medidas de serem demagógicas, subversivas, descontroladas e perigosas⁶⁶. Em oposição a essas medidas, o novo governo apresentou-se repressor, principalmente no que diz respeito as questões do campo.

2.2. A atuação do PL entre março de 1963 e março de 1964

Na eleição de 1962, para a Assembleia Legislativa, o PL consegue eleger 6 deputados num total de 55. Essa representação, apesar de pequena se comparada a outras agremiações, merece certo destaque, pois o partido anuncia sua neutralidade logo que iniciam-se os trabalhos na Assembleia. Com os seus seis votos, caso votasse em conjunto com a bancada do PTB, superavam a ADP, visto que o PTB na oposição conseguiu eleger 23 deputados, contra 26 da ADP.

A desvinculação do PL da ADP deu-se, principalmente, devido a divisão da mesa da Assembleia, na qual o partido acabou ganhando apenas a 4ª Secretaria, ficando atrás da UDN, PDC e PRP, que tinham menor representação no estado. Assim o diretório do partido e os seus representantes na Assembleia decidem anunciar sua neutralidade: “Importantes decisões foram tomadas pelos parlamentares libertadores, tendo em vista a posição que deverão assumir frente ao novo governo e à própria Ação Democrática Popular. Os libertadores resolveram manter-se numa posição de equidistância da oposição e do governo.”⁶⁷

Esse distanciamento deve-se também a fragilidade da aliança, formada com objetivo principal de impedir a vitória dos trabalhistas, mais do que por uma proximidade ideológica, ou de programa, dos partidos, o que ia de encontro com pensamento do PL. A tradição e as características do partido, no que tange ser um partido pequeno, com uma forte tradição política ideológica no Rio Grande do Sul, dificultavam alianças que poderiam vir contra essa tradição, ou contra seus ideários. Isso é perceptível na declaração do deputado Paulo Brossard,

65 Fernando Ferrari, que havia se desvinculado do PTB concorre como uma terceira opção a Governador, porém não consegue alterar a bipolarização política sul-rio-grandense.

66 CÂNEPA, 2005. p.394.

67 *Correio do Povo*, 06/02/1963, p. 7.

quando critica o Governo do Estado por sua política de alianças:

O deputado Paulo Brossard diante do rumo seguido pelo debate disse que era o momento de perguntar se existe no Estado algo que mereça o nome de governo, isso porque governo é substância, é unidade, governo quer dizer solidariedade, corresponsabilidade. Se em virtude do fracionamento da opinião pública um Partido não pode arcar sozinho com as responsabilidades do governo, é lógico que some suas forças a de outros, mas que tenham semelhante orientação e objetivos comuns. A coligação supõe uma unidade de pontos-de-vista. E como o PL entendeu que isso não seria possível no Estado, não participou dessa coligação.⁶⁸

Dentro desse quadro político é que foram analisados os pronunciamentos do Partido Libertador. A fim de facilitar a análise foram criados seis tópicos: 1º) Administração do Estado; 2º) Reforma Agrária – Reformas de Base; 3º) Indústria Gaúcha; 4º) A questão agrária Rio-grandense; 5º) Ideologia; 6º) Crítica ao Presidente Goulart. Através da análise desses tópicos, busquei trabalhar a trajetória do PL, para entender como o seu ideal liberal-conservador se expressa, levando em consideração a radicalização política do período.

Administração do Estado

Com relação à administração do Estado, três pronunciamentos receberam destaque para análise: 1º) o pedido de moratória aos plantadores de soja apresentado na Assembleia; 2º) a compra de combustível pelo Estado; 3º) a reforma regimental.

O deputado libertador Solano Borges posiciona-se em oposição ao projeto para a moratória dos plantadores de soja, que haviam feito financiamento com o Banco do Rio Grande do Sul. Para o deputado: “A Assembleia iria legislar para uma pessoa de direito privado, querendo impor uma medida ao Banco do Rio Grande que é uma sociedade de economia mista. E se fizer isso, poderá amanhã querer legislar para outros estabelecimentos particulares de crédito.”⁶⁹

Porém, o deputado esclarece que o seu parecer contrário ao projeto dá-se à sua inconstitucionalidade -não poderia a Assembleia legislar sobre um banco de economia mista-, e não por opor-se à necessidade de apoio a esses agricultores que tiveram prejuízos em suas plantações.

O sr. Solano Borges: Quero, no entanto, dizer ao nobre Deputado autor do Projeto, que todos nós, creio eu, estamos de acordo com o mérito da proposição elaborado por S. Exa. Tomara que o Banco do Rio Grande do Sul dispusesse de meios, de recursos para atender as justas reivindicações dos plantadores de soja do Rio Grande, que, ao que se sabe, tiveram prejuízos na safra que passou. Mas o mérito é um problema, a constitucionalidade da posição é outra. Creio que nenhum Sr.

68 *Correio do Povo*, 14/09/1963, p.7.

69 *Correio do Povo*, 08/05/1963, p. 7.

Deputado contesta que um plantador de soja, que conseguiu um empréstimo de Cr\$ 50.000,00, no Banco do Rio Grande, é um devedor como outro qualquer, quer o numerário fosse dado para um agricultor aplicar na cultura de soja, quer fosse emprestado para outro objetivo. Não muda a situação do devedor. [...] ⁷⁰.

Percebemos, na citação acima, a defesa da lei e preocupação com a liberdade da instituição bancária, visto que uma intervenção no Banco do Rio Grande do Sul poderia abrir precedentes para o governo intervir em outras instituições.

A lei, para os liberais clássicos, é o que protege a liberdade dos cidadãos contra possíveis medidas tirânicas de seus governantes, logo, para os liberais, ninguém poderia ir contra ela, a fim de preservar a liberdade. Essa influência apresenta-se no pronunciamento de Solano Borges, quando esse, mesmo sendo de acordo com a necessidade de auxiliar os agricultores de soja, defende a liberdade da instituição financeira. Nesse caso, o ideário liberal do partido se sobrepõe a sua ligação com o campo.

Com relação à *compra de combustível pelo Estado*, o deputado Honório Severo posicionou-se contrário ao projeto que previa a compra exclusiva de combustível, por parte do Estado, da Petrobrás.

No período destinado a matéria em pauta, o deputado Honório Severo criticou o projeto do sr. Marino dos Santos, que dispõe sobre a aquisição de combustíveis e derivados de petróleo somente da Petrobrás, por parte das repartições estaduais. Considera o projeto inconveniente, dizendo que o Estado deve comprar onde for mais barato. O parlamentar libertador examinou alguns aspectos da atuação da Petrobrás, destacando em especial a infiltração comunista nessa empresa. ⁷¹.

Aqui podemos ver o caráter regionalista do partido ao colocar os interesses do estado à frente do país. Contudo, é preciso ressaltar que, para além do interesse econômico do estado, influencia na crítica à medida o fato de o PL ser oposição ao governo federal, o que o condiciona a ir contra ações que possam favorecer o PTB.

O último pronunciamento destacado com relação à administração do Estado fala sobre a *reforma regimental*. O objetivo desta era aproximar os poderes Executivo e Legislativo, para gerar um melhor equilíbrio.

Apresentou ontem o deputado Paulo Brossard uma sugestão para a reforma do Regimento objetivando permitir maior entrosamento entre os membros do Executivo e do Legislativo, sendo dedicada uma seção semanal para que compareçam a Assembleia os Secretários do Estado. [...] Lembrou que a Constituição de 1891 proibia, no seu artigo 51, que ministros de Estado comparecessem às sessões do Congresso, como também determinava que o Deputado que aceitasse o Ministério perdia o mandato. A primeira Constituição republicana, objetivava impedir uma das boas práticas do sistema parlamentar do Império. Contra essa orientação colocou-se Assis Brasil que no seu livro “Do

⁷⁰ BORGES, Solano. *Anais da ALRS*, maio 1963, p. 89.

⁷¹ Correio do Povo, 03/10/1963, p. 7.

Governo Presidencial da República Brasileira”, em 1896 pela primeira vez editado, disse ser a orientação errada, tudo aconselhando um debate franco entre os ministros e os deputados.⁷²

O equilíbrio entre os poderes é fundamental para os pensadores liberais. Ao sugerir a reforma no Regimento, o deputado Brossard busca este equilíbrio. O resgate da crítica de Assis Brasil, um dos líderes fundadores do partido, demonstra como a tradição liberal está enraizada nele, e como esses ideais – mesmo sofrendo influências históricas – permaneceram no partido.

Reforma Agrária – Reformas de base

O esgotamento do Plano Trienal faz com que Goulart volte a sua estratégia política à implantação das reformas de base. Contudo, as reformas não devem ser entendidas como medidas que partem exclusivamente do governo. A demanda social por mudanças acentua-se no período, o que influencia na radicalização política. Como destaca Carmargo (1997)

O desencadeamento da luta pelas *Reformas de Base* não se limita, no entanto, às áreas de governo e a seus mais próximos aliados. Magalhães Pinto declara ver o perigo em um Brasil sem reformas e que “não há regime que sobreviva à fome do povo”. Anuncia que iniciará em Minas sua Reforma Agrária, na colônia de Jaíba, com 300.000 ha e em condições de receber 3.000 famílias em terras do Estado.⁷³

Mesmo os partidos de oposição não puderam negar as reformas, devido a essa demanda social. Aceitando-as, em parte, e adaptando-as aos seus ideais. Assim, através de seu líder o PDC declarava-se a favor da reforma agrária, também “A UDN, em nota oficial, dispõe-se a dar atenção ao programa do Conselho de Ministros sobre as *reformas de base* e prosseguir em seus esforços para uma política legislativa que dê prioridade à reforma agrária.”⁷⁴

O Partido Libertador, dentro desta conjuntura, também posicionou-se à favor das reformas, alegando, inclusive, pioneirismo com relação à reforma agrária: “Mostrou o senhor Brito Velho que ele e o partido – chamado conservador – que pertence, o PL, cuida de batalhar pela reforma agrária há pelo menos 15 anos.”⁷⁵ A importância política das reformas como meio de cooptação de eleitorado mostra-se evidente na resposta feita pelo deputado Marcantônio ao seu colega de partido Heitor Galant, quando este critica o PL por apoiar a

72 Correio do Povo, 27/06/1963, p. 7.

73 CAMARGO, 1997, p. 192.

74 CAMARGO, 1997.

75 Anais da ALRS, abril de 1963, p. 517.

reforma agrária.

“Crê o ilustre amigo, com a sua longa experiência parlamentar, que as bancadas reformistas, por discordarem do autor do requerimento ou de seus termos, deveriam votar contra o mesmo, para que apenas o Partido do primeiro signatário ficasse como favorável às reformas em nosso Estado e, as demais agremiações partidárias passassem a ser consideradas como retrógradas e reacionárias.”⁷⁶

O partido demonstra sua simpatia às reformas quando apoia a proposição do deputado Sereno Chaise (PTB) na Assembleia a fim de pressionar o Congresso Nacional para aplicá-las. “[...] Mais de quarenta deputados apoiaram a proposição que teve como primeiro signatário o sr. Sereno Chaise, no sentido de fazer sentir ao Congresso Nacional a necessidade da aprovação das reformas de base em nosso país, particularmente a reforma agrária.”⁷⁷

O grande interesse na reforma agrária, por parte dos libertadores, demonstra-se quando do apoio destes à reforma constitucional para que seja possível a reforma, indo em oposição a sua aliança nacional – a UDN – e mostrando uma personalidade independente do partido. “O ponto mais alto da definição da Assembleia, entretanto, está no pronunciamento favorável à reforma constitucional, para possibilitar uma efetiva reforma agrária.”⁷⁸

Apesar do apoio a proposta de Chaise, a reforma agrária defendida pelo Partido Libertador é a própria do partido, e não a proposta pelo PTB. Isso fica claro no pronunciamento do deputado Marcantônio.

O Partido Libertador tem representantes no Congresso Nacional. Sabem eles das aspirações do Povo e conhecem os anseios da Bancada Estadual no sentido de que o Partido contribua, decisivamente, com pregação e votos, em favor de reformas que atendam às exigências da justiça social. No que concerne a Reforma Agrária, somos favoráveis à alteração do constitucional nos termos propostos pelo eminente deputado federal Carlos de Brito Velho.⁷⁹

A unanimidade entre os partidos era somente com relação à necessidade de se aplicar as reformas, mas não como elas deveriam ser aplicadas. A fim de viabilizar a reforma agrária o governo federal apresenta uma proposta de alteração no artigo 146 da Constituição, que previa o pagamento prévio de indenização em dinheiro para as desapropriações, e a regulamentação do artigo 147, que previa a desapropriação por interesse social. “Pela primeira vez, um presidente da República encaminhava ao Congresso Nacional um projeto que visava alterar profundamente a estrutura agrária do país.”⁸⁰ Porém o projeto não é

76 Correio do Povo, 18/05/1963, p. 7.

77 Correio do Povo, 18/05/1963, p. 7.

78 Correio do Povo, 18/05/1963, p. 7.

79 Correio do Povo, 18/05/1963, p. 7.

80 FERREIRA, 2008, p. 367.

aprovado.

Os libertadores são muito céticos e críticos às propostas e aos discursos petebistas com relação a reforma agrária. Nesse trecho de uma matéria *a pedido*, Brito Velho crítica o PTB: “[...]Enquanto isso – companheiro que foi dos senhores Goulart e Brizola na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – O PTB, especialmente esses dois líderes trabalhistas que tanto falam “nas reformas” não utilizaram as várias oportunidades que o eleitorado lhes deu para cuidar da matéria.”⁸¹

Na convenção do partido, Raul Pilla expõe como os libertadores entendiam que os petebistas utilizavam o discurso das reformas de base, em especial a agrária, de maneira demagógica a fim de tomar o poder de maneira ditatorial.

“Tal é o caso das decantadas reformas de base. Decantadas, digo eu, não porque não correspondam a uma real necessidade; decantadas porque se agitam apenas como instrumento político, como arma de agitação demagógica. O que se visa não é realizá-las efetivamente, senão ir com elas iludindo o regime democrático, para instituir a ditadura totalitária.”⁸²

Por fim, exclama que a necessidade de reformas – que notoriamente são necessárias – não podem ser confundidas por essas falsas medidas reformistas, que tem como objetivo implantar um sistema totalitário. Como exemplo, o deputado apresenta o projeto de reforma agrária do governo, que teria como objetivo não a reforma, mas sim a alteração da constituição, a fim de subverter o regime.

A necessidade das reformas de base, em especial, a reforma agrária, que os deputados do Partido Libertador defendem, apresentam duas causas. A primeira está no fato de o Partido ser uma oposição histórica, que defendeu mudanças políticas e sociais, direcionadas a posições mais liberais; a segunda tem relação com o momento político de radicalização e demanda social que inviabilizavam qualquer partido a se posicionarem contra as mudanças.

Indústria Gaúcha

Em sua preocupação com o desenvolvimento industrial gaúcho, o Partido Libertador deixa claro como entende que deve ser a interação Estado/economia. A fim de exemplificar essa concepção, trouxemos três casos.

O primeiro caso é do pronunciamento do deputado Getúlio Marcantônio sobre a indústria de pêssego gaúcha. O deputado começa expondo a importância econômica e social

81 Correio do Povo, 14/04/1963, p. 7.

82 Correio do Povo, 28/07/1963, p. 7.

que essa indústria tem para o Rio Grande “Na industrialização do produto, sr. Presidente, estão ocupados quatro mil e quinhentos trabalhadores. Dessa produção os cofres públicos arrecadam cerca de Cr\$ 260.000.000,00 e apenas a Previdência Social recolhe cerca de Cr\$ 50.000.000,00.”⁸³ Em seguida, ressalta a sua relevância na produção nacional de pêssego industrializado “e se o transportássemos, numa comparação, para o cenário nacional, iríamos ver que o Rio Grande do Sul produz cerca de oitenta por cento do pêssego nacional, e que os produtos enlatados, as conservas de pêssego, do Rio Grande do Sul, têm mercado em quase todo o território nacional.”⁸⁴

Após demonstrar a importância desta indústria o deputado denuncia a crise em que ela está inserida devido aos acordos brasileiros feitos com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

Essa indústria que vem se organizando, merce especialmente da iniciativa privada, vê-se nesta hora por que atravessamos, frente à mais séria dificuldade de sua história, tendo em vista a uma medida adotada pela ALALC, que reduziu os direitos aduaneiros de 50% para 20% para o produto estrangeiro. Como concorrência, sr. Presidente, o pêssego da Argentina está dominando o mercado nacional, trazendo para produção gaúcha o mais sério e nocivo obstáculo. Basta dizer-se que da produção de 1963, 50% dos produtos em conserva não têm, agora, mercado, face à concorrência platina.

Sr. Presidente. Eis uma consequência ruínosa para o Rio Grande do Sul, motivada pela medida da Associação Latino-Americana de Livre Comércio ensejando prejuízo considerável à economia do Rio Grande do Sul.

Nesse pronunciamento evidencia-se a preocupação regionalista do partido, o que, aparentemente, vai de desacordo com os seus ideais liberais, visto que conclama o protecionismo aduaneiro a indústria gaúcha de pêssego, em detrimento do livre comércio. Porém, isso não elimina o caráter liberal do partido. A defesa à necessidade de um protecionismo econômico para o desenvolvimento industrial não foi característica única dos liberais gaúchos. Esse fenômeno, como já citado na introdução deste trabalho, foi descrito por Hobsbawm nos países europeus ditos liberais, mas que apresentavam um desenvolvimento econômico inferior à Inglaterra.

O destaque ao fato desta indústria ser de iniciativa privada representa a importância que o partido dava a esse tipo de iniciativa na economia, delegando ao Estado a função de proteger e dar condições para que a iniciativa privada pudesse se desenvolver e através disso espalhar os benefícios disto aos outros setores da sociedade.

O segundo caso, também apresentado pelo deputado Marcantônio, trata da indústria de

83 Anais da ALRS, junho de 1963, p. 469.

84 Anais da ALRS, junho de 1963, p. 469.

laticínios. O deputado discursa sobre a importância e a potencialidade de desenvolvimento desta indústria no Rio Grande. Ao compará-la com o restante do país, mostra como ela é pouco avançada, e como nem o governo e nem o setor privado despertaram para a sua capacidade.

Do alto desta tribuna, através de discursos e relatórios, em inúmeras oportunidades, tenho encarecido a importância da indústria de laticínios para o Rio Grande.

Desde sua colonização até nossos dias, a economia do Estado tem radicado nas atividades agro-pastoris e, ao longo de todos esses anos, sem contar com um planejamento que buscasse a racionalização.

De 1956 a 1960 o incremento de produção leiteira no País foi de 22% e no Rio Grande de apenas 5%. O Rio Grande tem condições mesológicas excepcionais para a produção de leite. Possui o rebanho leiteiro de mais alto padrão zootécnico do País, as melhores pastagens nativas dentro de fronteiras pátrias e já alcançou a técnica indispensável à introdução das forragens nobres.

E apesar disso a produção leiteira do Estado é modesta e sua indústria de laticínios é rudimentar, pequena, insuficiente. Não condizente com as nossas condições e tradição.⁸⁵

O deputado conclui conclamando a iniciativa privada e o governo a investirem nessa indústria tão promissora. “É tempo de o Governo e a iniciativa privada despertarem para a indústria de laticínio, fazendo dela um importante setor do parque industrial gaúcho, de molde a fortalecer e enriquecer a economia rio-grandense.”⁸⁶

A relação público-privado na economia defendida pelo Partido Libertador baseia-se no foco da produção na iniciativa privada e no financiamento dessa pelo poder público, sendo essa a mais acertada interação para o desenvolvimento econômico do Estado, segundo os deputados libertadores.

O terceiro e último caso diz respeito à indústria naval brasileira, a qual mantinha um de seus polos no Rio Grande do Sul, atraindo a atenção da bancada libertadora, em especial ao deputado Marcantônio, com relação à crise instalada nesse setor.

O deputado libertador inicia uma campanha para a defesa da indústria naval brasileira, visto que esta, segundo o deputado, se encontrava em crise, devido as medidas governamentais de aumento de salário, que inviabilizavam a competição dos estaleiros brasileiros com a concorrência internacional.

O sr. Marcantônio ocupou a tribuna para tratar da questão, tendo então oportunidade de chamar atenção para o fato de o Governo, na gestão Almino Afonso, haver elevado extraordinariamente o salário nos estaleiros, forçando onze deles a cerrar suas portas. A média de salários dos trabalhadores não qualificados é de 70 mil cruzeiros, o que torna impossível manter a indústria da construção naval.⁸⁷

85 Correio do Povo, 14/09/1963, p.7.

86 Correio do Povo, 14/09/1963, p.7.

87 Correio do Povo, 03/08/1963, p. 7.

O deputado pronuncia-se algumas vezes mais em defesa da indústria naval brasileira, resgatando a importância que ela poderia vir à adquirir na economia nacional. “Novo ramo industrial que surgiu em nosso país em 1959, portanto com pouco mais de três anos de existência, indústria que apesar de recente, floresceu rapidamente e já dava mostras evidentes de seu valor e progresso.”⁸⁸

Nos seus pronunciamentos, destaca o caráter nacional da indústria que surgia. “A florescente indústria estava quebrando os vínculos do jugo e da dependência para atingir a sua integral nacionalização, no ano em curso, alcançaria o elevadíssimo índice de 95% de nacionalização.”, e continua, “A novel e vigorosa indústria fabricava agora seis petroleiros, genuinamente nacionais, fruto da tecnologia e dos esforços dos brasileiros, para serem entregues a Petrobrás.”⁸⁹

O discurso de defesa da indústria nacional, com relação a dominação estrangeira, encontra respaldo na mesma ideia liberal, apresentada antes, na qual os países de economia menos desenvolvida que não aceitaram a mão invisível do mercado como melhor maneira de ter um avanço econômico. Nota-se que a busca por uma indústria nacional não se mostra contrária ao liberalismo do Partido Libertador, visto que, o importante para o desenvolvimento econômico é que essa indústria seja de iniciativa privada, com o respaldo do Estado para permitir que ela se desenvolva, funcionando na proteção contra as economias estrangeiras mais fortes, e no financiamento desta indústria.

Segundo Marcantônio, ao invés de ajudar no desenvolvimento econômico nacional, o Estado brasileiro, estava, sim, prejudicando toda a economia ao aumentar os salários nos estaleiros, desta forma, inviabilizando a concorrência com outros países de economia mais forte.

[...] a média salarial do trabalhador dos estaleiros é de 36 mil cruzeiros, mas o Sindicato dos Marítimos está exercendo influência para que os metalúrgicos passem a integrar esse sindicato. Se isso ocorrer, como em outras unidades da Federação, os trabalhadores em estaleiros passarão a receber em média 72 mil cruzeiros. Isso representaria uma desigualdade total de tratamento entre essa classe e a dos metalúrgicos em geral, significando ainda um colapso na situação dos estaleiros rio-grandenses, cujo número é aproximadamente de 10.⁹⁰

A Questão Agrária Rio-Grandense

Devido a sua origem, o Partido Libertador apresenta no campo o seu grande

88 Correio do Povo, 07/08/1963, p. 7.

89 Correio do Povo, 07/08/1963, p. 7.

90 Correio do Povo, 16/08/1963, p. 7.

eleitorado. Assim sendo, a preocupação com as questões da terra tem grande presença nos pronunciamentos dos deputados libertadores. Destes, dois exemplos foram escolhidos.

O primeiro é o pronunciamento do deputado Gudbem Castanheira apoiando as ações do governador Meneghetti com relação à repressão feita pela Brigada Militar ao movimento de agricultores em Camaquã.

[...] o Sr. Governador do Estado, agiu acertadamente ao mandar forças para a zona ameaçada, com o objetivo, com a finalidade de garantir, de manter o sossego naquela zona ameaçada, sossego este que, desde muito, vem sendo ameaçado por agitadores contumazes que jamais pensaram na reforma agrária honesta e sim se aproveitam de expedientes escusos, de meios violentos para dar vasão aos seus instintos perversos de desordeiros contumazes, com a finalidade de trazer a desordem e o desassossego social a comunidade rio-grandense.⁹¹

O segundo governo Meneghetti foi marcado por sua ação repressiva contra os movimentos sociais, especialmente no campo. O apoio ao Governador dado pelo deputado libertador demonstra o caráter conservador do partido, no sentido de ir contra quaisquer mudanças abruptas da ordem social e defender o manutenção do “sossego” social em detrimento de mudanças mais profundas. A aceitação, ou mesmo, a defesa da reforma agrária, não faz com que o partido perca sua qualidade conservadora, visto o modo como defende as mudanças no campo.

O segundo exemplo trata sobre o projeto de lei apresentado pelo deputado Getúlio Marcantônio, que previa o auxílio fiscal à Associação Gabrielense de Melhoramentos e Renovação de Pastagem.

O projeto previa:

Art. 1º – São entendidos à Associação Gabrielense de Melhoramentos e Renovação de Pastagem, com sede em São Gabriel, os favores fiscais concedidos pelas leis números 3112, de 10 de janeiro de 1957 e 3765, de 24 de junho de 1959. Art. 2º – Fica a referida entidade dispensada do pagamento de impostos atrasados. Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.⁹²

O incentivo é justificado pelo grande trabalho que vinha fazendo a Associação e pela incapacidade do Estado de suprir essa função.

O Estado não tem podido realizar essa tarefa, o Estado não tem multiplicado as sementes ou, em outras palavras, tem multiplicado muito pouco. Não existe órgão do Estado essa incumbência específica. O particular é que tem feito, Sr. Presidente, e, de maneira muito especial, essa Associação tem multiplicado as sementes dos diversos tipos de forrageiras adaptáveis à região da fronteira e do Estado.⁹³

Esse é outra forma de demonstrar como o Partido Libertador via a relação

91 Anais da ALRS, agosto de 1963, p. 5.

92 Correio do Povo, 19/10/1963, p. 7.

93 Anais da ALRS, agosto de 1963, p. 554.

estado/economia, dentro da lógica de *Estado mínimo* do liberalismo clássico, no qual o mínimo não é exatamente definido. Os libertadores parecem entendê-lo como uma intervenção que auxilie no desenvolvimento das iniciativas privadas no Rio Grande do Sul, tendo de proteger essas iniciativas tanto da concorrência internacional, quanto de outras regiões do país.

*Ideologia*⁹⁴

Podemos identificar sua ideologia nos diversos pronunciamentos feitos pelo partido. Para análise deste tópico, separamos três pronunciamentos que expressam essa ideologia de forma clara e que se relacionam com as três características marcantes do PL, as quais são: a liberdade, o regionalismo, e o conservadorismo.

A importância da liberdade para os libertadores é perceptível na homenagem prestada pelo deputado Honório Severo aos professores.

O sr. Honório Severo acrescentou que a luta do homem é pela liberdade e a própria conquista da igualdade se faz pela liberdade. Não podem também haver transformações econômicas e sociais que justifiquem a supressão da liberdade. E para a conquista dessas liberdades, contribuem os professores, que recebiam as homenagens do Legislativo estadual.⁹⁵

A liberdade defendida pelo partido é influenciada pelo conceito que surge na Europa Moderna, a qual se desenvolve com o advento da burguesia. “Essa definição defende a liberdade como o individualismo, como a autonomia individual, que se materializa nas clássicas liberdades de ir e vir, de se expressar, de comprar e vender, de dispor de sua força de trabalho como melhor lhe convier. Tudo isso em um contexto de igualdade perante a lei.”⁹⁶

A defesa desse ideal serviu como bandeira política para criticar Getúlio Vargas quando da ditadura do Estado Novo, sendo essa crítica transferida a Goulart, acusando seu governo de tramar contra a democracia e as liberdades individuais e de ser aliado de comunistas, sistema que era entendido pelos libertadores, como o oposto de quaisquer liberdades.

94 O conceito de ideologia apresenta muitos significados. Norberto Bobbio divide em duas tendências gerais o uso da palavra. “No significado fraco, Ideologia é um conceito neutro, que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas. No significado forte, Ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política.” (BOBBIO, 1983, p. 595). O sentido para a palavra ideologia no trabalho enquadra-se em seu significado fraco, seguindo a lógica de Carl J. Friedrich, no qual diz: as Ideologias são “sistemas de idéias conexas com a ação”, que compreendem tipicamente “um programa e uma estratégia para a sua atuação” e destinam-se a “mudar ou a defender a ordem política existente”. Têm, além disso, a função de manter conjuntamente um partido ou outro grupo empenhado na luta política (Man and his government, New York 1963, p. 89; In BOBBIO, 1983, p. 597)

95 Correio do Povo, 16/10/1963.

96 SILVA, 2010. p 262.

A segunda característica marcante nos ideais libertadores é o regionalismo. Em outra homenagem, desta vez feita pelo deputado Getúlio Marcantônio ao escritor gaúcho Alcides Maya esse aspecto se sobressalta.

[...] Disse que o ilustre filho de São Gabriel, como membro da Academia Brasileira de Letras, evidenciou a cultura do Rio Grande. Fez referência a um fato ocorrido no Estado Novo, quando foram rasgadas as bandeiras dos Estados: Alcides Maya, em sinal de protesto, compareceu à Academia vestido de trajes gaúchos.⁹⁷

A explicação pode ser encontrada na história do partido. Devida sua representação quase exclusiva no estado do Rio Grande do Sul, e de ter sido forjado num momento político, no qual os partidos eram regionalistas, o PL de 1963 traz enraizado em si fortes qualidades da época de sua criação.

O último aspecto presente nas ideias dos libertadores é o seu caráter conservador, pois mesmo aceitando a necessidade de mudanças, entende que elas devem ser aplicadas de maneira controlada e lenta. Isso se mostra quando da crítica do deputado Honório Severo ao radicalismo político, tanto da esquerda quanto da direita, com relação as reformas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Vivemos um instante de aceso debate político, a propósito das reformas de estrutura que este País reclama. Ainda ontem, esta Casa foi teatro de pronunciamentos muito incisivos de dois ilustres parlamentares, que aqui se encontram na pregação de suas ideias. O grande mal que se observa nesse debate, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é precisamente a radicalização das posições. De um lado, vemos alguns acérrimos inimigos do direito de propriedade fazendo das reformas, da pregação das reformas, um instrumento para a consecução de seus intentos. A pretexto de fazer reforma, pretendem atingir o direito de propriedade. Por outro lado, temos aqueles que, a pretexto de defender o direito de propriedade, não querem se não preservar privilégios que devem ser repudiados no atual Governo.⁹⁸

Crítica a João Goulart

O Partido Libertador foi, ao longo de sua história, composto pelas oposições políticas. Origina-se das oposições ao PRR, para depois tornar-se a tradicional oposição ao governo Vargas no Estado. Com sua morte e o surgimento dos novos líderes trabalhistas João Goulart e Leonel Brizola, a crítica dos libertadores é transferida a eles.

Na intensificação da radicalização política do ano de 1963, os libertadores passam a acentuar as suas críticas ao governo. Denunciam assim a considerada incapacidade de Goulart como Presidente da República, os casos de corrupção relacionados ao PTB, a infiltração comunista que acreditam ameaçar a democracia nacional, o caráter demagógico do discurso de Goulart, entre outras coisas, são referenciadas.

97 Correio do Povo, 17/10/1063, p. 7.

98 SEVERO, Honório. *Anais da ALRS*. Maio de 1963, p. 70.

Cabe uma análise das críticas libertadoras para entender como a radicalização, expressa nesses pronunciamentos, dialoga com as outras características, já trabalhadas, do partido.

O governo Goulart enfrentou, além de uma crise política-social, uma forte crise econômica representada na alta inflação do período. Essa crise, aos olhos dos libertadores, ocorria devido a incompetência administrativa do Presidente. “O Brasil está passando por graves momentos em virtude da incapacidade do presidente da República, afirmou o deputado Brito Velho, do PL do Rio Grande do Sul [...]”⁹⁹. Goulart não teria conhecimento administrativo e nem habilidades políticas para ser o governante do Brasil.

Insistiu o deputado do PL gaúcho que “a causa principal das agitações que se registram no país, de norte a sul, é a deficiência dos conhecimentos administrativos do presidente da República. Disso se aproveitam os esquerdistas, como o sr. Brizola que afirma, em seus pronunciamentos, refletir o pensamento do presidente.”¹⁰⁰.

A inflação, pela qual passava o Brasil, também foi relacionada com a incapacidade dos governos que o país vinha tendo, culpando o grupo que detinha o poder, desde 1930 “[...] Em verdade, acrescentou [Paulo Brossard], desde 1930, que há um grupo de pessoas que, com pequenas mudanças de individualidades, vêm dominando esse País.”¹⁰¹ E continua em outro pronunciamento “O mal da inflação que flagela o nosso país não é um castigo que cai dos céus e nem é um produto da inflação, mas é resultado da incapacidade dos governos que o Brasil tem tido, afirmou o sr. Paulo Brossard.”¹⁰²

A acusação de casos de corrupção também serviam de arma para o Partido Libertador. Casos como a denúncia da compra de votos pelos trabalhistas no Estado da Guanabara, a fim de prejudicar o governo de Carlos Lacerda, e a indicação de cargos públicos a amigos do presidente, faziam parte do discurso dos libertadores. A bandeira da honestidade era muito cara aos libertadores, vide o seu lema de campanha “honesto vota em honesto, o resto vota no resto”.

O medo da ameaça comunista assolava a sociedade brasileira do período e este era usado como arma política. A oposição trabalhista acusa o governo de compactuar com os comunistas: “o senador Mem de Sá, do Partido Libertador, do Rio Grande do Sul, reiterou que a Nação atravessa um dos seus momentos mais cruciais: ou derrota o comunismo insuflado e

99 Correio do Povo, 09/06/1963, p. 7.

100 Correio do Povo, 09/06/1963, p. 7.

101 Correio do Povo, 15/10/1963 p.7 e 21.

102 Correio do Povo, 17/10/1963, p.7.

apoiado pelo próprio presidente da República, ou parece como instituição democrática.”¹⁰³

Quando da suspeita de intervenção do governo federal na VARIG, este é acusado, pelo deputado libertador Paulo Brossard, de pretender-se totalitário e encaminhar-se a um regime aos moldes soviéticos. “Segundo fontes que reputo da mais alta idoneidade, estou informado que o Governo da República está decidido a intervir em mais alguns setores de fundamental importância na economia nacional, tendendo a uma dominação verdadeiramente totalitária.”¹⁰⁴

A última crítica a Goulart é ao seu discurso demagógico, pois ao mesmo tempo que defende as reformas de base, em especial a reforma agrária, não deixa de expandir o seu latifúndio.

[...] [Severo] - é impossível enganar a muitos durante muito tempo. Espero que esta fecunda descoberta produza os frutos desejáveis e se reflita no comportamento do governo, daqui por diante. Realmente já não se pode mais mistificar o povo. Os privilegiados já não podem mais, impunemente, posar de reformistas, os latifundiários já não podem “confundir a opinião pública” pregando a reforma agrária, ao mesmo tempo que ampliam, cada vez mais seus imensos latifúndios.¹⁰⁵

A influência da radicalização política nos deputados libertadores fica clara ao compararmos o aumento do número de pronunciamentos criticando o presidente Goulart¹⁰⁶. Apesar de historicamente ser um partido de oposição, nesse momento tal característica se sobressalta. Essas acusações demonstram a preocupação com uma suposta ameaça comunista, que ameaçaria a democracia, as liberdades, e a moral católica. Mas a preocupação verdadeira parece estar na instabilidade e na incerteza daquele momento, que estava se encaminhando para mudanças profundas e radicais de caráter esquerdista, o que ia em oposição a condição conservadora do partido.

Nessa conjuntura, os libertadores apoiaram a instalação do golpe, visando manter as condições sociais vigentes, a fim de impedir o avanço desta esquerda radical que se formava, e que apresentava ideias contrárias a sua tradição liberal-conservadora.

103 Correio do Povo, 05/10/1963, p. 7.

104 Correio do Povo, 03/09/1963, p. 7.

105 Correio do Povo, 17/08/1963.

106 Segundo a tabela feita por Tauffer esses pronunciamentos sobem de 10% para 25% de um ano para o outro. Ver TAUFER, 2008. p. 177, tabela 30.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Partido Libertador, apesar de nunca ter alcançado uma grande representação eleitoral, apresentou grande importância para a história política gaúcha. Foi herdeiro do liberalismo de Gaspar da Silveira Martins e Assis Brasil, tendo conseguido resistir às transformações na política que acabaram com os tradicionais partidos representantes das oligarquias da primeira república, quando da redemocratização pós-Vargas.

O período entre fevereiro de 1963 e março de 1964 marcou o cenário nacional pela intensificação da radicalização política. As condições político-econômico-social pareciam impossibilitar o manutenção da ordem nos moldes em que havia sendo praticada até então. As direitas organizaram-se, a fim de defender o seus interesses, e conseguem tomar o poder, contra uma esquerda desunida.

O objetivo do trabalho foi analisar como a conjuntura de radicalização política do período do pré-golpe de 1964 influenciou no ideário liberal-conservador de um partido regionalista com uma longa trajetória e ideais fortes.

A primeira parte do trabalho consistiu em entender, analisando a formação e o contexto em que atuou o partido, quais seriam as premissas de seu pensamento liberal, visto que a incorporação das ideias liberais forjadas na Europa pela nascente burguesia sofre mudanças quando aplicada em outros lugares, por outros grupos, em outros tempos históricos. Para isso, mostrou-se necessário definir quais grupos o partido estava representando.

No caso, percebemos que o Partido Libertador surge para ser o representante das oligarquias que estavam excluídas do poder político, especialmente os estancieiros produtores de charque da região da “Campanha” gaúcha, que haviam entrado em decadência, concomitantemente com o Império brasileiro. O Partido consegue manter-se forte na região, o que o caracteriza como sendo defensor do campo. Com relação ao seu ideário, agrega a seu plano político o liberalismo de Gaspar da Silveira Martins e Assis Brasil.

A segunda parte do trabalho focou-se no período da radicalização política e como o Partido Libertador interage essas condições diferenciadas do cenário nacional, com as suas características particulares de ser um partido regionalista, com uma influência liberal clássica enraizada em sua cultura política.

A conclusão que chegamos é que o caráter liberal do partido relaciona-se com seu o regionalismo buscando, dentro da lógica liberal, o benefício do Estado. Isso se exemplifica quando defende que o setor privado é que deve tomar a iniciativa na produção, tendo o Estado

a obrigação de proteger essas iniciativas locais contra competidores, tanto em nível nacional, quanto internacional. O partido, junto ao seu caráter liberal, demonstra, devido a radicalização política, o seu lado conservador, quando opõe-se a quaisquer mudanças sociais de maior relevância. Mesmo aceitando a necessidade de mudanças, as defende dentro de uma lógica conservadora – gradual e segura – mantendo os benefícios desse grupo do qual é representante. Essa aparente dicotomia liberal-conservadora presente no PL é resultado da incorporação desse ideário europeu ao contexto brasileiro da época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERSTEIN, Serge. *Os partidos*. IN: Rémond, Réne (org). Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 57-98.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no RS*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)*. 6. ed. In: FAUSTO, Bóris. III. O Brasil Republicano. v. 3 “Sociedade e Política (1930-1964)”. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

DELGADO, Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. IN: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília A. N.(org.). *O tempo da experiência democrática*. Vol.3. Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira, 2003.

DE LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 116.

FÉLIX, LOIVA Otelo. *Colonialismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. IN: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília A. N.(org.). *O tempo da experiência democrática*. Vol.3. Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira, 2003.

_____, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. IN: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília A. N.(org.). *O tempo da experiência democrática*. Vol.3. Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Política*. In: Revista Estudos Históricos, v. 05, n. 10. Rio de Janeiro, 1992.

_____, Marieta de Moraes. *Apresentação*. IN: Rémond, Réne (org). Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 5-8.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.

FRANCO, Sérgio Costa. *Os coronéis burocratas da região colonial italiana na era Borges de Medeiros*. In: MÉTIS: história & cultura – v. 2, nº 2, p. 131-138, jul./dez. 2002

FRANCO, Sérgio da Costa. Panorama Geral da Revolução Federalista. In. RAMBO, Artur

Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (Org.). *A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. Ângela Maria de Castro et al. 3. ed. *O Brasil republicano*. v. 3: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____, Ângela de Castro. *Política: História, Ciência, Cultura, etc.* In: Revista Estudos Históricos, v. 09, n. 17. Rio de Janeiro, 1996. p. 59-84 .

GERTZ, René E. *Estado Novo*. República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). Diretor do volume René Gertz – Passo Fundo: Méritos, 2007. - v.4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

HEINZ, Flávio Madureira. *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1870*. Tradição: Maria Celia Paoli, Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOHLFELDT, Antônio e BUCKUP, Carolina. *Ultima-hora: populismo nacionalista nas páginas do jornal*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LE GOFF, Jacques, *História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.]* -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MALAN, Pedro Sampaio. *Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964)*. 6. ed. In: FAUSTO, Bóris. III. *O Brasil Republicano*. v. 3 “Economia e Cultura” (1930-1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MALOBERTI, Nicolás. *New Approaches to Classical Liberalism*. In: *RMM*. Vol. 3, 2012, p. 22-50. Disponível em: <http://www.rmm-journal.de/>

MATTEUCCI, Nicola. “Liberalismo” In BOBBIO, N. (org.) *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2010.

NASCIMENTO, Milton Meira do. Rousseau: da servidão à liberdade. In. WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

NETO, André de Faria Pereira. *O Estado de São Paulo e a deposição do presidente Goulart (1964): um estudo sobre as peculiaridades do liberalismo no Brasil*. In: Revista de História Regional V.4(2), p. 107-123, inverno, 1999.

- NOLL, Maria Izabel et al. *O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011.
- PAIM, Antônio. *História do liberalismo brasileiro*. 1998
- PEREIRA, Ledir de Paula. *O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na Revolução Federalista de 1893-1895 e entre Maragatos e Chimangos de 1932*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2006.
- RIGHI, Graziane Ortiz. *A radicalização do PTB no período pré-golpe: um estudo de caso da Câmara Municipal de Vereadores de Gravataí*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.
- SAES, Décio A.M. *Classe Média e Política no Brasil (1930-1964)*. 6. ed. In: FAUSTO, Bóris. III. O Brasil Republicano. v. 3 “Sociedade e Política” (1930-1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2010
- TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador : formação e atuação política*. Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 2008.
- TORRES, Anderson Vargas. *Petebismo, radicalização política e reformismo social em Canoas/RS (1961-1964)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- TRINDADE, Hélió Henrique Casses. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.